



# DIÁRIO

## da Assembleia Nacional

XI LEGISLATURA (2018-2022)

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA

### REUNIÃO PLENÁRIA DE 25 DE JUNHO DE 2019

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. Delfim Neves**Secretários:** Ex.<sup>mos</sup> Srs. Arlindo Barbosa

Elálcio da Marta

Adilson Managem

#### SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 9 horas e 45 minutos.

Procedeu-se à tomada de posse de uma deputada substituta à Assembleia Nacional.

Ao abrigo do artigo 88.º, o Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira (ADI) interpelou a Mesa, quanto ao pedido de substituição do Sr. Deputado Olinto Daio (ADI) e da nomeação a Embaixador do Sr. Deputado António Quintas (MLSTP/PSD), dado a sua presença na Sala.

Em assuntos de interesse político relevante, a Sra. Deputada Paula Tavares (MLSTP/PSD) manifestou o seu desagrado pela não comparência das Deputadas do ADI ao aeroporto, para uma viagem de missão ao Japão, o que mereceu resposta da Sra. Deputada Alda Ramos (ADI).

O Grupo Parlamentar do ADI requereu o debate de urgência sobre o estado da Justiça no País, de acordo com o artigo 88.º do Regimento da Assembleia Nacional. O Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira (ADI) procedeu à apresentação do requerimento.

Intervieram, além do Sr. Primeiro-Ministro (Jorge Bom Jesus) e da Sra. Ministra da Justiça, da Administração Pública e dos Direitos Humanos (Ivete

Lima Correia), os Srs. Deputados Carlos Pinheiro (ADI), José António Miguel (ADI), Deolindo da Mata (MLSTP/PSD), Amaro Couto (MLSTP/PSD), Carlos Correia (ADI), Guilherme Octaviano (MLSTP/PSD), António Quintas (MLSTP/PSD), António Barros (MLSTP/PSD) e Danilson Cotú (PCD/MDFM-UDD).

Nos termos dos artigos 222.º, 223.º e 224.º do Regimento da Assembleia Nacional, procedeu-se ao debate e apreciação da Moção de Confiança ao XVII Governo Constitucional, por solicitação do Governo. Usaram da palavra, além do Sr. Primeiro-Ministro (Jorge Bom Jesus), que fez a apresentação da moção, e o Sr. Ministro da Saúde (Edgar Neves), os Srs. Deputados Abnildo d' Oliveira (ADI), Felisberto Afonso (PCD/MDFM-UDD), Esmaiel Espírito Santo (ADI), Raúl Cardoso (MLSTP/PSD), Levy Nazaré (ADI), Carlos Correia (ADI), José António Miguel (ADI), Celmira Sacramento (ADI) e Danilson Cotú (PCD/MDFM-UDD).

No encerramento, proferiram discursos os Srs. Líderes Parlamentares Arlindo Carvalho (PCD/MDFM-UDD) e Amaro Couto (MLSTP/PSD).

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 14 horas e 25 minutos.

O Sr. Presidente: — Sras. e Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

*Eram 09 horas e 45 minutos.*

*Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:*

Acção Democrática Independente (ADI):

**Abnildo do Nascimento d'Oliveira**

**Adilson Cabral Managem**

**Alda Quaresma da Costa D' Assunção dos Ramos**

**Alexandre da Conceição Guadalupe**

**André Varela Ramos**

**Anaydi dos Prazeres Ferreira**

**Arlindo Quaresma dos Santos**

**Arlindo Ramos**

**Bilaine Carvalho Viegas de Ceita do Nascimento**

**Carlos Alberto Pires Pinheiro**

**Carlos Manuel Cassandra Correia**

**Carlos Vila Nova**

**Celmira de Almeida do Sacramento dos Santos Lourenço**

**Domingos José da Trindade Boa Morte**

**Ekneide Lima dos Santos**

**Esmaiel da Glória Espírito Santo**

**Flávio Pires Mascarenhas dos Ramos**

**Idalécio Augusto Quaresma**

**Jorge Sousa Ponte Amaro Bondoso**

**José António do Sacramento Miguel**

**Levy do Espírito Santo Nazaré**

**Mário Fernando de Jesus Rainho**

**Paulo Jorge Carvalho**

**Sebastião Lopes Pinheiro**

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

**Adelino Cruz José da Costa**

**Adilson dos Reis Vaz**

**Amaro Pereira de Couto**

**Ana Isabel Meira Rita**

**António Quintas do Espírito Santo**

**António das Neves Sacramento Barros**

**Arlindo Barbosa Semedo**

**Cílio Soddy da Vera Bandeira Pires dos Santos**

**Cristina Maria Fernandes Dias**

**Danilo Neves dos Santos**

**Deolindo Luís da Trindade da Mata**

**Eláckio Afonso da Marta**

**Filomena Sebastião Santana Monteiro D'Alva**

**Guilherme Octaviano Viegas dos Ramos**

**Hélder dos Santos Ceita Joaquim**

**Jaime Pires Sequeira de Menezes**

**Jerónimo Lima Pires Quaresma**

**José Rui Tavares Cardoso**

**Maiquel Jackson do Espírito Santo**

**Maria Conceição de Barros Martins Pinheiro**

**Raúl do Espírito Santo Cardoso**

**Sila Miler dos Santos Lopes Anselmo**

Coligação PCD/MDFM-UDD:

**Arlindo Vicente Carvalho**

**Danielson Alcântara Fernandes Cotú**

**Delfim Santiago das Neves**

**Felisberto Fernandes Afonso**

**Jamiel Joana Segunda**

Movimento de Cidadãos Independentes

**António dos Reis Faleiro**

**Beatrix da Veiga Mendes Azevedo**

O Sr. Presidente: — Sras. e Srs. Deputados, vamos dar início à nossa sessão de hoje, com a tomada de posse de um Sr. Deputado substituto.

Tem palavra o Sr. Secretário, para fazer a leitura do Termo de Posse.

O Sr. Secretário (Elálcio da Marta): — Sr. Presidente, com a sua permissão, passo à leitura de Termo de Posse de Deputados à Assembleia Nacional.

«Aos 25 dias do mês de Junho do ano dois mil e dezanove, compareceu ao Plenário da Assembleia Nacional a Sra. Deputada substituta, Maria de Lurdes Martins do Sacramento, em substituição do Sr. Deputado Manuel Vicente, do Círculo Eleitoral de Cantagalo, tendo a mesma prestado juramento nos seguintes termos.»

*A Sra. Deputada prestou juramento nos termos constitucionais.*

«E, para constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai ser assinado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Nacional, já assinado pela empossada e por mim, o Secretário que o lavrou».

Pausa.

O Sr. Abnildo d' Oliveira (ADI): — Interpelação à Mesa.

O Sr. Presidente: — Qual é o artigo, Sr. Deputado?

O Sr. Abnildo d' Oliveira (ADI): — Artigo 99.º.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira.

O Sr. Abnildo d' Oliveira (ADI): — Sr. Presidente, tomo a palavra, ao abrigo do artigo 99.º, ponto 2: «Os Deputados podem interpelar a Mesa quando tenham dúvidas sobre as decisões desta ou a orientação dos trabalhos».

Sr. Presidente, acabamos de seguir atentamente, através do Secretário, a chamada e a verificação da presença, e ouvimos a chamada do Sr. Deputado Olinto Daio. Portanto, o Sr. Deputado Olinto Daio, neste caso, tem falta, porque não está presente, mas o mesmo submeteu à Mesa, através do Grupo Parlamentar, um pedido de substituição, que anexamos ao pedido, para que o Deputado, que já tomou posse, pudesse ocupar a vaga. Uma vez que não consideraram este aspecto, ao menos deviam considerar que o Sr. Deputado Olinto Daio pediu a sua substituição e que a Mesa não tomou em consideração.

Segundo aspecto, há uma violação do artigo 19.º do Estatuto dos Deputados. Saiu o decreto presidencial da nomeação do Sr. Deputado António Quintas, para embaixador e, como embaixador, é incompatível com o exercício de deputado. Tendo sido nomeado, através de um decreto, não devia estar na Sala.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado levantou duas questões, que foram dirigidas à Mesa.

Para a primeira vou convidar o Sr. Presidente da Comissão para esclarecer, tendo em conta que a Mesa recebeu o pedido e o baixou para a comissão competente em razão da matéria, neste caso a 1.ª Comissão, que tem a ver com Regimento e Mandatos.

O segundo caso, a nomeação do Sr. Deputado António Quintas para o cargo de embaixador, em Portugal, há um decreto presidencial que ainda não foi publicado no *Diário da República*...

**Vozes do ADI:** — Oh!

O Sr. Presidente: — ... e o Sr. Deputado só entra em incompatibilidade quando estiver em funções.

*Murmúrios e protestos do ADI.*

Este é o entendimento natural, quer da Comissão, quer da Mesa, mas se quiserem contrariar têm direito e há processos no Regimento, para recorrerem.

Tem a palavra o Sr. Presidente da 1.ª Comissão, para prestar esclarecimentos.

O Sr. Cílcio Santos (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Caros Deputados, o Grupo Parlamentar do Partido ADI submeteu à Mesa um pedido de substituição do Deputado Olinto Daio pelo Deputado Milton, acontece porém que o documento não está completo e não preenche os requisitos.

Se formos ao artigo 9.º do Estatuto dos Deputados, diz o seguinte: «Substituição dos Deputados.

1. Em caso de vagatura ou de suspensão do mandato, o Deputado será substituído pelo primeiro candidato não eleito da lista a que o pertencia, na respectiva ordem de precedência».

O número do 3 mesmo artigo diz o seguinte: «O impedimento temporário do candidato chamado a assumir as funções de Deputado determina a subida do candidato que se seguir na ordem de precedência».

O Grupo Parlamentar do ADI remeteu o documento sem os documentos dos outros Deputados que o precedem em relação à indisponibilidade dos mesmos. Daí que a Comissão decidiu não autorizar a subida do Sr. Deputado Milton.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira para uma réplica.

**O Sr. Abnildo d' Oliveira (ADI):** — Sr. Presidente, a leitura fiel do Estatuto dos Deputados está correcta, mas, tratando-se da tomada de posse, é regra nesta Casa – e como se diz que «costume faz lei» – que a tomada de posse tem que ser autorizada pelos Deputados que estão à frente deste que vai tomar posse.

Não sendo o caso, porque o Deputado em causa já tomou posse e cabe ao Grupo Parlamentar do ADI fazer a gestão, pelo costume desta Casa, não carece da disponibilidade, ou indisponibilidade do deputado que o antecede.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, não vamos polemizar esta questão.

Se é prática esta questão, nunca assisti...

*Murmúrios e protestos.*

Nunca assisti!

**Vozes do ADI:** — Oh!

**O Sr. Presidente:** — Mesmo o Sr. Deputado Nilton, quando tomou posse, teve a anuência dos outros que o antecederam. Portanto, ele está a substituir e não está em causa a questão de posse ou não.

Relativamente à questão do embaixador, volto a repetir que o Sr. Deputado António Quintas ainda não está em funções, para haver a questão de incompatibilidade. Tivemos até um caso de Presidente da República eleito que, enquanto não tomou posse, exerceu o seu cargo como Deputado.

*Murmúrios do ADI.*

Tem a palavra o Sr. Presidente da 1.ª Comissão.

**O Sr. Cílcio Santos (MLSTP/PSD):** — Sr. Presidente, na 1.ª Comissão, temos pugnado pela verdade e pelo consenso. Desde que estou a liderar a 1.ª Comissão, somos nove, quatro do ADI, quatro do MLSTP/PSD e um da Coligação, em momento algum procedemos a substituição sem que os documentos estivessem conformes e completos.

*Murmúrios do ADI.*

Todos os membros desta comissão estão aqui presentes e, se houver algum que quer desmentir, quero ver agora. Somos nove na Comissão e nunca isto aconteceu!

Que fique claro!

**O Sr. Presidente:** — Sem mais delongas, estamos numa sessão com dois pontos da Ordem do Dia e não há o período prévio.

Peço aos Serviços que convide os membros do Governo, para ocuparem os respectivos lugares.

Mas antes a Sra. Deputada Paula pediu a palavra, no âmbito de...?

**A Sra. Paula Tavares (MLSTP/PSD):** — Sr. Presidente, com a sua permissão, pedi a palavra para vir aqui apresentar o meu desagrado. Já que hoje vamos falar da justiça e, como fui injustiçada, estou aqui neste púlpito agora, porque, como sabem, havia uma delegação parlamentar de mulheres que se dirigia ao Japão, fui praticamente humilhada. Não tenho ganância de viajar, porque já viajei para vários países, quando era vereadora, mas sim para cumprir uma missão da Assembleia Nacional...

**Vozes do ADI:** — E não foi por quê?

**A Sra. Paula Tavares (MLSTP/PSD):** — ...não fui por causa da negligência das Sras. Deputadas, que não apareceram no Aeroporto e nem...

*Murmúrios do ADI.*

Quando um burro fala, outro baixa os ouvidos.

*Aplausos do MLSTP/PSD.*

*Protestos da Sra. Deputada Alda Ramos.*

Sra. Deputada Alda, por favor, a senhora não tem moral para responder nada aqui neste momento, porque a senhora me faltou com o respeito!

*Aplausos do MLSTP/PSD.*

Éramos três.

*Murmúrios e protestos do ADI.*

Não, ela não pode responder! Então, era vossa vontade que eu fosse sozinha!?

**Vozes do ADI:** — Sim senhor!

A Sra. **Paula Tavares** (MLSTP/PSD): — Ham! Mas Deus é maior! A justiça de Deus é melhor do que a dos homens!

*Murmúrios do ADI.*

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, a Sra. Deputada não está a conseguir falar.

A Sra. **Paula Tavares** (MLSTP/PSD): — E como não consigo falar por causa do vosso barrulho, Sr. Presidente, fico por aqui, mas peço também ao Sr. Presidente que todo os gastos que fiz com o transporte, com o excesso de bagagens no Aeroporto, as Sras. Deputadas têm assumir.

*Aplausos gerais e risos do ADI.*

A Sra. **Alda Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, direito a resposta.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Alda Ramos.

O Sr. **António Barros** (MSLTP/PSD): — Têm que devolver o subsídio.

A Sra. **Alda Ramos** (ADI): — Obrigada, Sr. Presidente.

*Murmúrios do MSLTP/PSD.*

**Uma voz do MLSTP/PSD:** — Obrigada, como?

A Sra. **Alda Ramos** (ADI): — Obrigada, Sr. Presidente, porque é a norma da Casa, porque me deu a palavra, mas se os senhores não concordam, não tive essa educação.

Obrigada, Sr. Presidente.

*Aplausos do ADI.*

O Sr. **António Barros** (MSLTP/PSD): — Comeu o subsídio!

O Sr. **Maiquel Espírito Santo** (MLSTP/PSD): — Vem falar de educação nesses moldes?

A Sra. **Alda Ramos** (ADI): — Sras. e Srs. Deputados, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares: Como o meu nome foi aqui citado, tive que levantar para reagir.

A primeira coisa que devo dizer é que não sou avião. Portanto, para entrar aqui na Assembleia, como Deputada, entrei através de um grupo parlamentar, não apenas como Alda, e devo obedecer às ordens e orientações do Grupo Parlamentar.

*Murmúrios e protestos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.*

O Sr. **António Barros** (MSLTP/PSD): — O Grupo Parlamentar orientou para não ir!? Está explicado.

A Sra. **Alda Ramos** (ADI): — Por isso, cada um dos Deputados aqui na Sala deve respeitar a regra do seu grupo parlamentar.

Portanto, o que gostaria aqui de dizer é que respeito a todos e cada um deve respeitar-me também, porque nunca faltei respeito a ninguém!

Se a Deputada Paula quer que eu reaja, sou capaz de reagir e, se calhar, exagerar...

*Protestos do MLSTP/PSD.*

A Sra. **Paula Tavares** (MLSTP/PSD): — Isso é uma ameaça?

A Sra. **Alda Ramos** (ADI): — Quero aqui dizer que, inclusive, colocaram o meu nome e mais o da outra Deputada no Facebook, insultando e chamando-nos nomes. Nunca fui aldrabona para com ninguém! Se enquanto mais nova não fui, não é com esta idade é que vou roubar algum subsídio da Assembleia. Nunca!

*Murmúrios gerais.*

O Sr. **António Barros** (MSLTP/PSD): — Já devolveu o subsídio?

A Sra. **Alda Ramos** (ADI): — Pode ser que haja gente que o faça, mas nisso exijo respeito!

**Vozes do ADI:** — Muito bem!

A Sra. **Paula Tavares** (MLSTP/PSD): — Você não tem respeito!

O Sr. **Presidente**: — Sra. Deputada, conclua a sua intervenção.

A Sra. **Alda Ramos** (ADI): — A senhora, se quisesse, podia continuar a sua viagem...

*Murmúrios e protestos do MLSTP/PSD.*

... não somos três deputadas de um grupo parlamentar...

O Sr. **Presidente**: — Conclua, Sra. Deputada.

A Sra. **Alda Ramos** (ADI): — ... a senhora podia continuar a sua viagem. Agora, não tenho culpa de ter algumas limitações.

*Murmúrios gerais.*

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, estamos a iniciar a sessão plenária. Nesta sessão não se previa o período prévio à ordem do dia, pediu-se esclarecimentos ao abrigo do artigo 99.º do Regimento, abrimos esta exceção e a partir de agora vamos cingir-nos aos pontos da ordem do dia.

Estão presentes o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares e a Sra. Ministra da Justiça, o primeiro ponto da ordem do dia, estabelecido para esta sessão plenária, é «debate de urgência sobre o estado da Justiça», proposta que advém do Grupo Parlamentar do ADI.

De acordo com o artigo 88.º do Regimento da Assembleia Nacional, qualquer parlamentar pode solicitar o debate de urgência e, neste caso, o ADI o fez.

O Sr. **Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares** (Wuando Castro): — Sr. Presidente, é só para informar que o Sr. Primeiro-Ministro também vai participar no debate.

O Sr. **Presidente**: — Já convidei os membros do Governo.

Portanto, vamos dar início aos nossos trabalhos, convidando naturalmente o subscritor do requerimento, para fazer a introdução do debate.

Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar do ADI.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — Entregue a chave!

O Sr. **António Barros** (MSLTP/PSD): — Abnildo, chave da sede!

*Murmúrios do Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira.*

O Sr. **Presidente**: — A Mesa está a ser dirigida por mim e, se o Sr. Deputado quiser dirigir, também pode dar as orientações.

*Murmúrios do ADI.*

Convidei o Líder Parlamentar do ADI para fazer a introdução do debate.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Tendo em conta que Sua Excelência o Sr. Primeiro-Ministro está a caminho da Sala, peço ao Sr. Presidente e aos outros Grupos Parlamentares para fazermos um compasso de espera.

O Sr. **Presidente**: — Então, regresse ao seu lugar, se faz favor.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Muito obrigado, Sr. Presidente!

*Pausa.*

O Sr. **Presidente**: — Bom dia, Sr. Primeiro-Ministro e restantes membros do Governo.

Portanto, vamos iniciar o debate de urgência solicitado pelo Grupo Parlamentar do ADI. Com efeito, passo a palavra ao Sr. Líder Parlamentar do ADI.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Muito obrigado, Sr. Presidente, Sua Excelência Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Deputados, Distintos Membros do Governo, Caras e Caros são-tomenses.

Não cabe no tempo que me é reservado todos os ingredientes que seriam necessários, para que, de uma vez por todas, se entenda o quão fundamental é a justiça para a vida em sociedade, para a democracia e o Estado de Direito Democrático.

Felizmente, os males de que padece a nossa justiça são sobejamente conhecidos. Um enorme desfasamento entre a afirmação dos grandes princípios e as práticas observadas, um hiato total entre os discursos e as realizações concretas, uma absoluta discordância entre as velhas concepções e outros costumes do passado, e a sociedade plural aberta que queremos construir.

Há, naturalmente, nós conhecemos e compreendemos, uma grande insuficiência de meios, sobretudo humanos. Mas nota-se uma evidente falta de vontade política para reformar a Justiça, escondendo mal o Governo a sua decisão de manter a Justiça sobre a sua alcada, ajustar aos seus interesses e subordinada ao seu controlo, na esperança de que nem o tempo passe, nem as mentalidades evoluem, nem tão pouco as exigências do cidadão cresçam.

Ora, a Justiça é um dos pelares do Estado de Direito e, talvez, o principal barómetro da governação.

O nosso Estado tem uma obrigação constitucional de ser justo para com os seus cidadãos e tratá-los numa base de igualdade.

A situação actual da Justiça é profundamente preocupante e tragicamente desesperante, não sendo hoje qualquer desculpa ou explicação aceitáveis ou toleráveis, nesta fase do desenvolvimento político, em que se encontra a nossa sociedade.

Enquanto o Governo e o seu Chefe, o Sr. Primeiro-Ministro, Dr. Jorge Bom Jesus, vai demonstrando talento de grandes poetas e contador de história, o índice de criminalidade cresce de forma assustadora e colocando toda sociedade num desconforto, pondo em causa pequenos negócios, a segurança das pessoas e seus bens.

Os Tribunais acordaram para resolver os seus próprios problemas e os problemas da Coligação no poder. Se não, vejamos: onde para toda a droga desaparecida nos Tribunais e no Ministério público?

**Uma voz do MLSTP/PSD:** — Patrice levou.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Ninguém sabe!

Onde se encontra os funcionários destas instituições, que tiveram o papel mais activos nesse escândalo? Foram todos mandados, em paz e liberdade, para casa. Era preciso defender e proteger os nossos, sem qualquer pejo.

Esses mesmos Tribunais, num vergonhoso ajuste de contas e numa operação de vingança, só encontram corruptos, bandidos, assassinos, ladrões, nas hostes da oposição, particularmente no ADI.

Nem mesmo a Assembleia Nacional fica imune nesse cenário de irregularidades. Instrumentaliza uma Comissão Parlamentar de Inquérito, substituindo-se as instâncias judiciais, para investigar actos de golpe de Estado de 2003, cujo crime fora amnistiado por uma lei da própria Assembleia.

Enquanto isso, o povo pequeno, o cidadão, o simples homem da rua, clama pela justiça, e a crispação social cresce a cada dia que passa.

O nepotismo e a imparcialidade, que já era moeda corrente dos Tribunais, acentuaram-se.

A instrumentalização da justiça, com o propósito de perseguir e denegrir os adversários políticos, ganhou fóruns de cidadania e, às ordens superiores, tornou-se o fundamento da conformação administrativa das instituições, e o único critério de legitimidade das suas respectivas acções.

A separação de poderes e das competências é soberba e sistematicamente posta em causa pelo Executivo, sem quaisquer contemplações.

Merecera aqui, neste momento, nesta nossa intervenção, particular relevância os seguintes aspectos: Violando o princípio de separação de poderes e das competências, o Governo arroga-se o direito de dar ordens à Polícia Judiciária para prender, quando esta está, técnica e exclusivamente, submetida ao controlo e orientação do Ministério Público, titular exclusivo da acção penal, poderes que nem se quer poderá delegar, estando em causa os direitos fundamentais.

Sendo o Ministério Público o defensor da legalidade e o advogado do Estado, o Governo arroga-se o direito de até, intempestivamente impor ao Supremo Tribunal de Justiça um advogado particular e ordenar a anulação de uma decisão atempadamente proferida por um juiz do Supremo Tribunal de Justiça.

A Sra. Ministra da Justiça, com o beneplácito do Governo e do seu Chefe, arroga-se o direito de proibir a publicação de uma decisão da mais alta instância judicial do País, o Tribunal Constitucional, e no seu lugar, ilegalmente, publicar um comunicado, sem assento, no *Diário da República*, onde manda arquivar um acórdão do Tribunal Constitucional.

Não satisfeita com a decisão do Tribunal Constitucional, no processo em que seu Presidente foi não só advogado dumas das partes, mas igualmente o advogado do banco hipotecário, de acordo com as nossas informações, usurpa as competências do pleno no Tribunal e solicita ao Conselho Superior de Magistratura Judicial a instauração de um processo disciplinar aos Magistrados que proferiram a decisão. Sem que o seu Presidente tenha reunido o Conselho, por sua vez, solicita à Assembleia Nacional autorização para instalar o referido processo e esta Assembleia Nacional, não deixando passar a Gravana, que é tão fria e a ora quente, com o voador cuácuia e a cerveja Rosema, sem qualquer hesitação, inclina-se numa objecta violação de tudo aquilo que são normas básicas do Direito. Enfim!

Marcando sempre presença nesses folhetins, o Sr. Ministro da Defesa e Ordem Interna, intrometendo grosseiramente nas competências exclusivas e judiciais, aqui nesta Casa Parlamentar e neste lugar em que eu estou, disse e comunicou a sua decisão, o que iria fazer. Ordenou a anulação de um inquérito judicial relativo à subversão da ordem constitucional, alegando a inexistência de qualquer tentativa de subversão, para depois, num exercício perigoso, absurdo e de contradição, proferiu um despacho a transferir, suspender e até demitir membro das Forças Armadas e Segurança, pelo envolvimento na tentativa da subversão da ordem constitucional.

Sras. e Srs. Deputados, este é o estado lamentável da nossa Justiça que infelizmente traçamos. Nem tudo está aqui explanado.

Mas queremos dizer, em nome do Grupo Parlamentar, que nem tudo está perdido. Ainda vamos a tempo da reconsideração e reponderação, sob pena de iniciarmos aqui um interminável processo, em que o mal paga-se com o mal, levando o nosso país a um suicídio colectivo e, tal como as lulas, encalharemos nas praias e nos tornaremos preza fácil, para todos aqueles que passarem por aqui.

Portanto, é a nossa intenção, face ao estado da Justiça.

Por esta razão, para encontrarmos soluções, debatermos os assuntos e esclarecermos a nossa população, o Grupo Parlamentar decidiu solicitar este debate de urgência.

Muito obrigado.

Sr. Presidente, permita-me, pode ser descontado no meu tempo.

Normalmente, quando há uma iniciativa na Assembleia, em que o subscritor faz a apresentação, o tempo não é contado no tempo dos grupos parlamentares, mas na minha apresentação descontaram o tempo.

Gostaria que a Mesa pudesse ver isto, para nos dar tempo para debatermos o assunto.

Obrigado.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Isto não é uma iniciativa legislativa. Eu peço que observe o que está estabelecido nos artigos 88.<sup>º</sup> e 158.<sup>º</sup> no Regimento.

Feita a apresentação, estão abertas as inscrições, mas o Governo quer fazer uma réplica, antes de passar a palavra.

Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro (Jorge Bom Jesus): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Minhas Senhoras e Meus Senhores: É sempre um prazer renovado estar aqui. Vossas Excelências chamaram e eu estou aqui. Esta é a Casa da lei, são representantes do povo, esta é a Casa do povo, eu estou aqui, para dar a minha contribuição, eventualmente responder às vossas preocupações.

Este debate sobre a Justiça é tão relevante que até três Deputadas que deveriam viajar acabaram por não o fazer, para estarem aqui. Independentemente das motivações, acho que a presença aqui já bastante louvável.

*Aplausos do MLSTP/PSD.*

Excelências, apraz-me estar de novo nesta augusta Assembleia, para desta feita debater com Vossas Excelências um tema tão caro, que a todos nós diz respeito, o estado da Justiça em São Tomé e Príncipe.

Relembrar que a problemática da Justiça está inserida dentro do primeiro pilar do Programa do Governo, ou seja, aprofundamento do Estado do Direito Democrático, que tem como um dos seus corolários a salvaguarda da justiça e da legalidade, como valores fundamentais da vida colectiva.

A dinâmica da vida em sociedade remete-nos para a necessidade de reforma da Justiça, que pretendemos implementar durante a presente Legislatura, tendo como premissa fundamental a participação e a inclusão de todos os agentes que lidam com a questão da justiça, sejam nos Tribunais, na Polícia Judiciária, nos Serviços Pressionais, nas instituições da sociedade civil, viradas para defesa dos direitos e das liberdades dos cidadãos.

A apropriação desta reforma da Justiça só pode acontecer se sair dos gabinetes político-jurídicos e envolver toda comunidade jurídica e a sociedade civil.

A denegação desta participação, deste exercício de cidadania, terá sido uma das razões que levaram ao fracasso da Reforma da Justiça do anterior governo, que viu cinco dos setes diplomas que sustentavam a sua Reforma da Justiça, sem a promulgação pelo Presidente da República.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Excelências, não podemos deixar de manifestar a nossa deceção, ao verificar que o documento que sustenta este debate de urgência sobre o estado da Justiça é bastante redutor, baseando-se em situações pontuais que envolveram algumas instituições do nosso sistema judiciário, e algumas decisões jurisdicionais tomadas pelos Tribunais.

Não continuemos a confundir a árvore com a floresta!

Debater o estado da Justiça no nosso país e resumir a discussão sobre alguns actos é desprezar a dimensão sistémica da questão da Justiça em São Tomé e Príncipe.

O Governo participa neste debate construtivo com toda a abertura de espírito, e disponível a recolher subsídios que possam contribuir para melhoria da Justiça no nosso país, e aproveitar a oportunidade que nos é oferecida para informar esta augusta Assembleia das iniciativas que o Governo, nestes 6 meses já decorridos, decisões adoptadas para levar a cabo uma verdadeira Reforma da Justiça inclusiva, com todos e para todos.

Não estamos presos a uma visão fatalista da justiça! Não consideramos que ela esteja de facto moribunda. Até porque os problemas da Justiça não nasceram com este Governo, nestes escassos de 6 meses.

#### *Murmúrios do ADI.*

A promiscuidade entre a Justiça e o poder político e económico deve ser sanada.

Importa salientar que, nestes 6 meses, o Governo não tem regateado esforços, tendo já levado a cabo algumas acções.

No quadro da reforma da Justiça, foi realizado um encontro de reflecção sobre o estado da Justiça e medidas a tomar nos próximos 4 anos, no âmbito da organização do sistema judiciário, da inspecção judicial, em que participaram todos os Presidentes dos Tribunais, o Procurador-Geral da República, os antigos Ministros da Justiça, Juízes Conselheiros, Juízes Jubilados e Advogados.

Para a implementação inclusiva da reforma da Justiça, foram designados pontos focais do Tribunal Constitucional, Supremo Tribunal da Justiça, Procuradoria-Geral da República, Tribunal de Contas, que irão trabalhar com o Ministério da Justiça nos projectos da reforma, financiados pelo PNUD.

Foram igualmente realizadas formações de capacitações aos Magistrados Judiciais, Magistrados do Ministério Público, Agentes da Polícia Judiciária, Unidade de Informação Financeira, sobre o branqueamento de capitais e outros crimes financeiros.

Na Polícia Judiciária, está em curso a instalação do laboratório científico.

Para breve, a construção do edifício para a Polícia Judiciária, na Região Autónoma do Príncipe, e a reabilitação do Tribunal de Lembá.

No Supremo Tribunal de Justiça, a criação de um centro de capacitação para Magistrados e funcionários da Justiça será uma realidade.

O combate à corrupção foi a tónica dominante da nossa acção governativa durante esses escassos meses.

Por conseguintes, continuaremos este combate para o qual nos muniremos, em breve, de uma proposta de lei especial sobre a matéria de corrupção, que será apresentada a esta augusta Assembleia, para a sua discussão e aprovação.

Sabemos para que a restauração, a restruturação e a modernização do Sistema Judicial, na sua globalidade, em suma: a reforma da Justiça não se resume à proliferação de instrumentos legislativos ou criação de condições de trabalho.

É preciso que toda comunidade jurídica, os actuais políticos, a sociedade civil e os órgãos de soberania estejam envolvidos, de facto, no designo nacional da reforma da Justiça, *condição sine qua non* para o sucesso do nosso processo de desenvolvimento sustentado.

Acreditam que para esta tamanha e ingente tarefa existe determinação e vontade política deste Governo e total empenhamento deste Primeiro-Ministro, que não deve e nem teme a justiça justa.

Bem-haja!

#### *Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.*

**O Sr. Presidente:** — Muito obrigado, Sr. Primeiro-Ministro.

Sras. e Srs. Deputados que queriam participar no debate, estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pinheiro.

O Sr. **Carlos Pinheiro** (ADI): — Sr. Presidente, permita-me saudar a todos os Deputados, Sras. Deputadas.

Sua Excelência, Sr. Primeiro-Ministro, permita-me cumprimentar-lhe, todos os Srs. Membros do Governos, as minhas saudações e desejo de um bom debate.

Sr. Primeiro-Ministro, no meu Grupo Parlamentar, discutimos sempre, com o respeito parlamentar e institucional, todas as questões que dizem respeito a esta Casa Parlamentar e à vida da Nação. É por isso que estamos cá hoje, Sr. Primeiro-Ministro, no lugar certo, com pessoas certas, representantes digno do povo, eleitos democraticamente, para falarmos sobre a justiça que, por conseguinte, é um assunto importante.

Sr. Primeiro-Ministro, a Justiça não vai bem e nós precisamos de ir às causas e mudar o paradigma dos sucessivos factores que têm imperado o bom funcionamento da Justiça.

Nesses últimos meses, achamos que o Governo tem cometido erros em relação à Justiça. Pelo menos é o que o povo sente, é o que nós sentimos, por isso queremos, neste debate, fazer com que o Governo possa corrigir os seus erros.

Nós, os políticos, cometemos esses erros, a culpa é nossa, mas este Governo tem a sua parte, e é esta parte que nós estamos aqui a debater hoje.

Gostaríamos que realmente, como o senhor disse, a justiça deixasse de ser feita nos gabinetes, deixasse de ser feita nas sedes dos partidos políticos, nos corredores, e deixasse que os Magistrados, os Juízes, os Advogados, pessoas com conhecimento da causa, pudesse tratar da justiça, para que a decisão judicial fosse justa e credível...

*Aplausos do ADI.*

...porque a comunidade internacional nos segue. Porque quando as decisões não são justas, o País perde credibilidade.

Hoje temos empresários em banca-rota, o Governo já disse; temos parceiros que não acreditam, justamente porque não é fácil um investidor colocar no País milhões de dólares, e dum momento para outro a lei ser alterada, as decisões judiciais, até transitadas em julgado, serem reabertas. Isso mete medo!

Portanto, é necessário que nós, os políticos, nos coloquemos no nosso lugar, para que a Justiça seja credível.

Nós temos vários sinais de intromissão do governo na Justiça, mas não estamos aqui a crucificar o Governo. Não! Todos cometem erros.

Este debate é justamente para analisarmos a situação. É pena que não temos tempo, para podermos realmente debater com profundidade a questão da Justiça.

A democracia é assim lá fora, mas aqui dentro não é tão assim. Temos liberdade de expressão, mas veja só o tempo, não podemos falar muito!

Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, preocupado com esta questão, eu gostaria de colocar-lhe uma pergunta.

A questão de prisão preventiva preocupa-me bastante, também a situação da privacidade da liberdade das pessoas me preocupa. Por isso, eu gostaria de perguntar, quantos presos preventivos actualmente temos na cadeia, e há quanto tempo já estão lá?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Carlos Pinheiro.

Tem a palavra o Sr. Deputado José António Miguel.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Estamos a debater o estado da Justiça, é de domínio público que a nossa Justiça vai mal. Pudemos observar isto mesmo, quando o Sr. Presidente da República deu uma entrevista à Lusa, em que dizia que a nossa Justiça está moribunda.

Quando o Sr. Primeiro-Ministro fez a apresentação do debate, porque a sua intervenção me pareceu mais uma apresentação do que propriamente uma intervenção, se pudéssemos combinar, se calhar, o Líder do Grupo Parlamentar do ADI até deixaria que o senhor fizesse a introdução, o senhor disse que, afinal, a Justiça não está moribunda, mas nós assistimos, aquando da abertura do Ano Judicial, todos os intervenientes ali fizeram questão de frisar que a Justiça está mal e que era preciso fazer alguma coisa. Eu não sei por que é que só o Governo, a Sra. Ministra da Justiça e o Sr. Primeiro-Ministro, é que não vêem que a Justiça está mal. Bom, se não vêem que a Justiça está mal, se calhar é porque têm alguma coisa a ver com o facto de estar como está. Quando tentam dizer que está mal, tentam encontrar sempre um culpado. «Nós não somos culpados», a culpa é sempre dos outros.

Só para dizer também que eu falo cá, apontando factos.

O meu Líder, na apresentação do debate, já fez referência a algumas questões aqui, mas eu vou repisar, porque eu gostaria que a Sra. Ministra da Justiça me dissesse com que autorização a senhora decidiu não autorizar a promulgação do acórdão proferido pelos Juízes do Tribunal Constitucional. Eu agradecia que a senhora me dissesse...

O Sr. António Barros (MLSTP/PSD): — Qual deles?

O Sr. José António Miguel (ADI): —...com que autorização a senhora tomou essa decisão e, ao contrário, publicou um comunicado no *Diário da República*, ou seja, mandou publicar um comunicado no *Diário da República*. Nesta primeira etapa, eu gostaria que a senhora esclarecesse isso. Mas *ngá bé, ngá bi*.

Muito obrigado.

*Aplausos do ADI.*

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Deputado José António.

Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira.

O Sr. António Barros (MLSTP/PSD): — Demorou muito! O teu lugar está em risco.

O Sr. Abnildo d'Oliveira (ADI): — Sr. Presidente, na sua intervenção, o Sr. Primeiro-Ministro pediu à Nação e aos Deputados, para não confundirmos a árvore com a floresta. O Sr. Primeiro-Ministro acertou em cheio. De facto, sobre a questão da justiça, não devemos confundir a árvore com a floresta. O Sr. Primeiro-Ministro disse que, quando viu a nossa apresentação, fomos apontando alguns caos, mas, Sr. Primeiro-Ministro, são casos graves. Casos graves! A intromissão do Governo no estado da Justiça ou no sistema, sobretudo os Tribunais, é gravíssimo! Logo, apontar este caso, Sr. Primeiro-Ministro, com toda a humildade que o senhor transparece ter, e que eu acredito, tem que reconhecer, que é grave.

Segundo, no âmbito do balanço dos 100 dias de governação, o Sr. Primeiro-Ministro fez uma apresentação, em que se queixava do anterior primeiro-ministro, que monopolizava, horas e horas. O Sr. Primeiro-Ministro falou muito, algumas coisas boas, e disse que ia pressionar o Sr. Procurador-Geral da República sobre vários assuntos. Nós não sabemos quais são, por isso, eu gostaria que o Sr. Primeiro-Ministro, com a sua frontalidade, nos dissesse, se nesse rol de assuntos que vai pressionar o Sr. Procurador estão incluídas a questão do GGA, a questão do passeio, a questão do arroz podre e a questão da doca? Esses assuntos também.

É só esta a minha pergunta.

Obrigado.

*Murmúrios gerais.*

O Sr. António Barros (MLSTP/PSD): — Barco Santo António, 30 milhões de dólares, a chave do edifício sede do Banco Central, o câmbio de notas de 200 dobras...

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Deputado Abnildo.

Não havendo mais inscritos, podemos encerrar?

O Sr. José António Miguel (ADI): — Não! Fizemos perguntas e aguardamos resposta.

O Sr. Presidente: — Eu estou à espera. O Governo tem que pedir. Isto é um debate, não pergunta e resposta. É preciso cingir-nos àquilo que está no Regimento. Não estamos numa sessão de pergunta e resposta.

*Murmúrios do ADI.*

Caríssimos Deputados, vejam o que diz o Regimento...

*Murmúrios.*

...que é o nosso catecismo. Se pedisse um debate com o Governo sobre questões sectoriais, de pergunta e resposta, eu pedia ao Ministro para responder. Agora, sendo um debate, não posso pedir ao Governo para responder. Responde se quiser.

Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira.

O Sr. Abnildo d'Oliveira (ADI): — Como nós podemos constatar, o Sr. Presidente quer encerrar o debate. Não é que não haja perguntas, há. Nós aqui, o Grupo Parlamentar do ADI, levantámos questões precisas e concretas e queremos resposta do Governo. Se o Governo não tem resposta, ok, podemos encerrar o debate, mas a população está a acompanhar.

Obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Peço desculpas. Alguém dizia aqui que não é culpado de alguém não saber a língua. Também eu devo dizer que eu não sou culpado de as pessoas não saberem interpretar o Regimento.

*Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.*

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Procurou, encontrou!

O Sr. **Presidente**: — Trata-se de um debate...

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Toma!

O Sr. **Presidente**: — ... não uma sessão de perguntas ao Governo. Os senhores fizeram várias perguntas.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, artigo 99.º.

O Sr. **Presidente**: — Tudo bem, são perguntas dirigidas ao Governo, mas este responde se quiser, porque não estamos numa sessão de perguntas ao Governo. Estamos num debate e Mesa não tem competências para obrigar quem quer que seja a responder às perguntas.

Não havendo inscrições, vamos encerrar mesmo.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Artigo 99.º.

O Sr. **Presidente**: — 99.º sobre o quê? Quer evocar o quê?

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Esclarecimento da Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Esclarecimento? Quer esclarecimento. Pode fazer o esclarecimento. Desconte, se faz favor, Sr. Secretário.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, muita gente quer seguir o nosso debate e lá em casa seguem-nos com paixão e querem ouvir-nos. É uma questão de interpelação à Mesa, porque, Sr. Presidente, não é a primeira vez que o faz, tenta diminuir a intervenção do Grupo Parlamentar do ADI. Se o Sr. Presidente, quer participar no debate, então troque de posição!

Muito obrigado.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD-MDFM-UDD): — Falta de elegância!

O Sr. **Presidente**: — Eu tenho outra interpretação daquilo que é a diminuição. Portanto, não respondo a essas provocações.

Tem a palavra o Sr. Deputado Deolindo da Mata, para um pedido de esclarecimento.

O Sr. **Deolindo da Mata** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, é só para pedir esclarecimento à Mesa, se estamos no âmbito do artigo 88.º ou no âmbito do artigo 229.º.

O Sr. **Presidente**: — A Mesa esclarece que estamos no âmbito do artigo 88.º do Regimento. Isto é bom, para refrescar a memória de alguns Srs. Deputados.

Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar do MLSTP/PSD.

O Sr. **Amaro Couto** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Caras e Caros Deputados, muito bom dia a todos.

Permitam-me, antes de mais, felicitar o Governo e particularmente o Sr. Primeiro-Ministro, por se prestar, tão rápida e facilmente, a este exercício. Embora se tratando de uma questão sobre o aspecto sectorial da vida do Governo, o Sr. Primeiro-Ministro disponibilizou-se em estar aqui connosco e tomar parte neste exercício. Uma vez mais, as nossas felicitações, em nome do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD.

*Aplausos do MLSTP/PSD.*

O que nos traz aqui é o debate sobre o estado da Justiça. Permite-me uma incursão sobre o conceito de justiça. É um conceito extremamente vasto. Abrange aspectos jurídicos, é verdade, mas também abrange aspectos de natureza económica, social, cultural, financeira, por aí fora. E o que me parece que sustenta aqui este debate é o estado do nosso Sistema Judiciário. Parece-me ser este o objectivo dessa solicitação.

O principal que nós temos de ter em vista é que o estado do nosso Sistema Judiciário requer respeito pela ética, pela deontologia e requer também muita moralização do sistema. Nós temos observado muitos esforços para reformar a Justiça, mas temos constatado, infelizmente, como disse aqui alguém, que a reflexão tem sido feita no âmbito partidário e não tem sido realmente inclusiva.

Vamos ver que há penetração na Justiça de interesses que não são necessariamente imparciais, não são necessariamente neutros, interesses partidários, até muitas vezes interesses individuais penetram na Justiça, sob a capa de reforma da Justiça. Vimos como é que recentemente, na anterior Legislatura, esforços para reforma da Justiça deram lugar a discussões intermináveis e a posições contraditórias, exactamente porque faltava essa componente inclusiva.

A reforma não foi capaz de incluir toda gente. Nesse aspecto, sobre os esforços para a reforma da Justiça, gostaria de felicitar, uma vez mais, o Governo, através da Ministra da Justiça, que teve a iniciativa de lançar um processo de reforma da Justiça e, logo nas primeiras medidas, deu sinais de inclusão. Colocou na mesma mesa diversos operadores da Justiça, mas nós achamos que esse esforço tem que ser mais alargado, tem que incluir também as forças políticas deste país, particularmente, outros actores operadores da justiça, como os advogados, os funcionários judiciais, os funcionários do Ministério Público e etc. O debate tem que ser verdadeiramente alargado e inclusivo.

É verdade que há trabalhos de preparação ainda a ser feitos e o Ministério e o Governo vão debruçar-se seriamente nesse processo de reforma da Justiça, saber como é que os nossos Tribunais funcionam, se estão verdadeiramente bem organizados, se respeitam convenientemente a lei, se os juízes estão apenas para julgar, ou se estão também para orientar, ditar e fazer coisas.

Bom, é preciso fazer muitos acertos dentro do Sistema.

Essa iniciativa do Governo, ao continuar dessa forma, eu acho que é reconfortante. A condição de ser efectivamente inclusiva é reconfortante e indica uma mudança de rota, indica até uma mudança de cultura, em matéria de justiça, porque assistimos todos os esforços envidados pelas justiças anteriores. Não têm sido inclusivos.

Se o Governo conseguir se posicionar, colocar-se nessa direcção de inclusão, continuará a merecer as nossas felicitações, da parte do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD.

Por enquanto, é o que me prestava dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

*Aplausos do MLSTP/PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Líder Parlamentar do MLSTP/PSD.

Estão abertas as inscrições

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Correia.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sr. Presidente, Excelentíssimo Sr. Primeiro-Ministro, as minhas saudações, Caras e Caros Colegas Deputados, Srs. Ministros.

Sr. Presidente, como o tempo é escasso, eu não farei nenhuma introdução, a não ser que diga o essencial, trazendo aqui algumas questões que eu gostaria que a Sra. Ministra depois viesse esclarecer.

Todo mundo sabe que a Justiça está péssima. Penso que algumas pessoas querem tapar o sol com a peneira, mas todo mundo, tanto do Grupo Parlamentar da oposição como do poder, tem a plena consciência de que a Justiça do nosso país está péssima. Como disse Sua Excelência o Presidente da República, está moribunda.

Directamente às questões, eu gostaria de perguntar: Sra. Ministra, há quanto tempo, desde o seu mandato, foram juízes para o Príncipe?

Sra. Ministra, como está a justiça dos nossos cidadãos de baixa renda? O Governo já fez os pagamentos devido, para suportar as custas oficiosas?

**Uma voz**: — Vocês não pagavam.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — A senhora tem conhecimento de que os Serviços da Cadeia Central estão a exigir aos familiares de baixa renda que custiem um cartão, para poderem ter acesso a visita aos seus familiares?

Estas são as minhas primeiras perguntas.

Obrigado, Sra. Ministra.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Deolindo da Mata.

O Sr. **Deolindo da Mata** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, continuo com dúvidas e insisto nisso, porque eu gostaria de pedir aos Srs. Deputados que consultassem os artigos 88.<sup>º</sup> e 229.<sup>º</sup> do nosso Regimento. Nós não estamos no âmbito de perguntas ao Governo. Seria bom que cada um dos Srs. Deputados consultasse isso, por favor.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Deolindo da Mata.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Correia.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sr. Presidente, é esclarecimento à Mesa. Conta?

**Uma voz:** — Conta o tempo.

O Sr. **Presidente**: — Está contando.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Não, não, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Esclarecimento conta, Sr. Deputado. Veja o Regimento! Pedido de esclarecimento conta.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Artigo 102.<sup>º</sup>

O Sr. **Presidente** — Veja o Regimento, o 102.<sup>º</sup>.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sr. Presidente, posso ter acesso ao pedido de esclarecimento ou não?

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem a palavra. O que nós estamos a dizer é que para o pedido de esclarecimento, desconta-se no tempo integral de cada grupo parlamentar.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Ok, seja como for, vou ser breve.

Eu não concordo com o Sr. Deputado Deolindo da Mata, porque é assim: nós queremos um debate com elevação e estamos a fazer algumas perguntas, em função daquilo que vemos no terreno, para ajudar o Governo. Tem de responder, para também nós sabermos depois como ajudar o Governo. E se é um debate, há que haver perguntas também. Não quer dizer que, necessariamente, não tenha que haver perguntas. Desculpe lá, Sr. Deputado!

O Sr. **Presidente**: — Estão abertas as inscrições.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, eu acho que, perante as inquietações, eu vou pedir à Sra. Ministra para responder a algumas preocupações, independentemente...

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Primeiro-Ministro.

Tem a palavra a Sra. Ministra da Justiça.

A Sra. **Ministra da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos** (Ivete Correia): — Sua Excelência, Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados e Deputadas, Sua Excelência, Sr. Primeiro-Ministro e Chefe de Governo, Srs. Ministros e Ministras, muito bom dia, com a vossa permissão: Estamos aqui nesta augusta Assembleia, para falarmos sobre o estado da Justiça na República Democrática de São Tomé e Príncipe. Portanto, o estado da Justiça actual todos nós temos a consciênciade que não está dos melhores, mas não é deste Governo, que está há 6 meses. Ela já vem se degradando. Portanto, todos nós temos a consciênciade que alguma coisa precisa ser feita. O XVII Governo Constitucional, no quadro do seu Programa, no primeiro eixo estratégico, o primeiro pilar: «o aprofundamento do Estado de Direito Democrático». Portanto, a nossa perspectiva é devolver a confiança à população, para que haja uma Justiça mais célere, mais justa, mais próxima do cidadão e que seja inclusiva. Logo, enquanto Ministra da Justiça e o XVII Governo Constitucional, iremos fazer tudo para que efectivamente possamos mudar o estado actual da Justiça.

Relativamente às questões que me foram postas, a primeira tem a ver com a interferência da Ministra da Justiça na proibição do tal acórdão. Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, relativamente a esta questão, eu, enquanto Ministra da Justiça, tenho a esclarecer que, nos termos do artigo 122.<sup>º</sup> da Constituição da República, está claramente expresso que «as decisões dos Tribunais são obrigatorias para todas as entidades públicas e privadas e prevalecem sobre quaisquer outras entidades».

Nos termos das alíneas a), b) e f) do n.<sup>º</sup> 1 do artigo 32.<sup>º</sup> da Lei Orgânica do Tribunal Constitucional, diz claramente: «Compete ao Presidente do Tribunal Constitucional: presidir às sessões do Tribunal; dirigir os trabalhos; assegurar as relações com outros órgãos de soberania e demais órgãos da autoridade pública.» Portanto, o Presidente do Tribunal Constitucional, enquanto pessoa máxima, o Governo recebeu um comunicado, em que o Presidente do Tribunal Constitucional orientou a todos os órgãos de soberania para não acatarem nenhuma decisão proferida pelos Juízes Conselheiros, por se tratar de um acto manifestamente ilegal e inexistente. Portanto, nós publicamos esse comunicado, que foi para o Ministério no dia 23 de Maio de 2019. O acórdão do Juiz Conselheiro foi acompanhado por um ofício, assinado pelo Secretário-geral do Tribunal Constitucional. O que é que acontece? Nós mandámos arquivar o ofício que solicitou a publicação no Diário da República do acórdão inconstitucional, porque é ilegal. Esse acórdão não obedeceu às normas vigentes no ordenamento jurídico. Não sei qual é o Deputado que falou disso, mas

temos a Lei 10/2008, que é a Lei sobre Publicação, Identificação e Formulário de Actos Normativos, na alínea r) do n.º 1 do artigo 9.º, que fala de avisos. Portanto, o comunicado é um aviso. Logo, nós publicamos.

*Murmúrios.*

O comunicado entra nos avisos.

*Risos do ADI.*

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — A senhora está a alterar!

A Sra. **Ministra da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos**: — Há uma segunda questão que me foi posta, relativamente a pressão pública sobre o Procurador-geral da República. Meus senhores, este Governo, em momento nenhum, pressionou o Procurador-geral da República. O artigo 38.º do Estatuto do Ministério Público, alíneas c) e e), diz: «Compete à Ministra da Justiça requisitar, por intermédio do Procurador-geral da República, qualquer magistrado ou agente do Ministério Público, relatórios e informações de serviço».

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Está a fazer teste.

A Sra. **Ministra da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos**: — «Compete também à Ministra da Justiça transmitir, por intermédio do Procurador-geral da República, instruções genéricas, no âmbito da definição da política criminal, da competência do Governo». O que tem acontecido é o contrário. Tem havido muito bom relacionamento entre o Procurador-geral da República, a Ministra da Justiça e o Governo. Nós reunimos semanalmente, ou quando assim achamos, para discutirmos questões no âmbito da política criminal e no âmbito dos problemas relativos à Justiça.

Outra questão, havendo bom relacionamento, há muitos projectos. Neste momento, o Ministério Público tem um ponto focal, junto ao Ministério, que tem estado a desenvolver projectos com o apoio do PNUD. Realizámos o primeiro encontro, em que o Procurador-geral da República esteve presente. Portanto, há um relacionamento, há um trabalho.

O que se tem feito, realmente, é que este Governo opta pela maior produtividade, maior celeridade nas coisas. Logo, nós não pressionamos o Procurador-geral da República.

Relativamente à situação dos cidadãos com fracos recursos, os Srs. Deputados estiveram cá nesta augusta Assembleia, quando nós discutimos o Orçamento Geral do Estado e, no capítulo do Ministério da Justiça, há uma verba para defesas oficiais. Essa verba já está disponível para a Ordem dos Advogados e a defesa oficiosa tem estado a se realizar.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Ao contrário dos outros que não pagavam!

A Sra. **Ministra da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos**: — Portanto, há um bom relacionamento entre a Ordem dos Advogados e o Governo. O que não aconteceu noutro governo.

Sobre a situação de juízes na Região Autónoma do Príncipe, temos duas questões. Primeiramente, tem-se que reparar a casa, e o Sr. Deputado da Região Autónoma do Príncipe sabe perfeitamente que a casa atribuída aos juízes não tem segurança nenhuma. Uma residência para juízes, que está no primeiro piso, as janelas são de vidro, sem gradeamento, as portas não têm gradeamento, não têm segurança nenhuma.

Pessoalmente, falei com o Sr. Presidente do Governo Regional, que ficou de contribuir com uma parte, para a reparação, e nós também. É a mesma coisa que acontece com a casa para o Procurador para Região Autónoma do Príncipe. Tendo em conta que os meios financeiros ainda não foram disponibilizados, temos esse problema. Mas com o empossamento dos cinco novos juízes, estamos a criar condições financeiras. Além do mais, esses juízes estão a ser submetidos a uma formação intensiva, neste momento, de forma a seleccionarmos um juiz para se deslocar à Região Autónoma do Príncipe.

Relativamente a questões da cadeia e sobre visitas, Sr. Deputado que levantou a questão, aproveito também para lhe informar, porque é uma polémica que se vem gerando a nível dos advogados. Como sabemos, qualquer serviço prisional de reinserção social tem o seu regulamento e a sua norma. Neste Governo, estamos a pautar por normas, no edifício dos Serviços Prisionais. A hora de entrada e a hora de saída para visitas.

De certeza que os Srs. Deputados já ouviram um ou outro advogado dizer que os agentes e director não deixam os advogados entrarem. É para a sua protecção. Por exemplo, um advogado não pode entrar, durante a visita, com gravata. Por questões de sua própria segurança, não pode entrar com anel, com cinto, com esferográfica. E essas normas são internacionais.

Estamos a trabalhar, para melhorar as coisas, paulatinamente.

*Applausos do MLSTP/PSD e do PDC/MDFM-UDD.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado José António Miguel.

O Sr. José António Miguel (ADI): — Sr. Presidente, Sra. Ministra, quem tem que encontrar soluções para os problemas actuais é o actual Governo. Por isso, não carece de estar a apontar o dedo àquilo que aconteceu na governação anterior, porque...

**Vozes do MLSTP/PSD e do PDC/MDFM-UDD:** — Oh!

O Sr. José António Miguel (ADI): — ... o povo vos deu a oportunidade de governar, embora em geringonça,...

O Sr. Danilson Cotú (PCD/MDFM-UDD): — Piá!

O Sr. José António Miguel (ADI): — ... mas estão a governar, por isso, cabe ao Governo resolver o problema, e não deixar para o governo anterior. Se quiserem deixar também, não há problema. Quando regressarmos, resolveremos.

A única coisa que devemos dizer é que têm que resolver os problemas.

O que posso dizer francamente é que este Governo, sobretudo na pessoa da Sra. Ministra da Justiça, está a matar a Justiça em São Tomé e Príncipe.

**Vozes do MLSTP/PSD:** — Oh!

O Sr. José António Miguel (ADI): — Vou dizer porquê. Já dissemos aqui, se calhar não perceberam, é normal, que de facto há intromissão gravíssima do Governo em matérias que têm a ver com a Justiça.

A Sra. Ministra sabe, porque é jurista, pelo menos é o que se diz, não sei, não tenho bem a certeza, mas sendo jurista, assim, pode envergonhar os colegas. Por isso, é preciso a senhora agir como tal, não ir nas conversas do grupo e outras conversas, mas sim pautar pela lei. Se não, poderá, com certeza, envergonhar quer os colegas quer os professores. Os seus antigos professores podem sentir vergonha.

A senhora está a intrometer-se na justiça, quando não o deveria fazer. Sabe que a Ministra não despacha com a Directora da Polícia Judiciária (PJ) em matéria criminal. Tem que tentar e deve despachar com a PJ em matéria administrativa, financeira, por aí fora, não em matéria de crimes. Dar ordens para a prisão de cidadão, ordem saída directamente do Governo, a senhora está de facto a intrometer-se na justiça.

Volto a dizer que o Governo está no mau caminho, pelo menos na matéria da justiça, e não só. O Sr. Ministro da Defesa disse aqui, muitas vezes queremos tapar o sol com a peneira, como dizia o meu colega, que vai desmantelar um processo conduzido pela PJ portuguesa. A PJ portuguesa ajudou-nos nesse processo e o Sr. Ministro disse que vai desmantelar. Não está a intrometer-se na matéria da justiça?

A Sra. Ministra da Justiça e o Governo estão a destruir a Tribunal que a vossa geringonça criou, que é o Tribunal Constitucional. Estão a destruir o que vocês criaram. Criaram um Tribunal e estão a destrui-lo. Deviam dar conta de que o juiz não está lá para fazer o serviço de partidos. O juiz não é ou não deve ser militante de um partido. É preciso termos em atenção que o juiz está lá para ditar a lei em nome do povo e não em nome de grupos ou do partido A, B ou C.

Por isso, na minha perspectiva, devemos parar com a intromissão na matéria de justiça, dá política. À política o que é da política e à justiça o que é da justiça. Já dissemos isso aqui várias vezes, mas não vamos cansar-nos de dizer que é preciso que deixemos que os Tribunais tomem conta da justiça.

Temos informações de que tem havido grupos de indivíduos que se encontram com juízes na calada da noite, dentro da instituição do Estado, mas fora da hora normal de serviço.

Temos um acórdão que sobe para o Tribunal, antes mesmo de o juiz que é indicado para tratar disso fazer o acórdão. Quer dizer, estamos num país onde o Estado de Direito está mesmo muito, mas muito mal.

Não estamos cá a obrigar o Governo a responder às nossas questões, sabemos que estamos a falar para um povo que nos ouve, que tem os seus problemas graves que precisam ser resolvidos e é para este povo que estamos a dirigir. Se o Governo quiser responder às nossas questões, que responda. Se não quiser, também não há problema.

Outra questão sobre a matéria da justiça é que o Governo diz sempre estar a combater a corrupção. O que está a acontecer mais não é um combate à corrupção, mas sim uma perseguição aos opositores políticos. Não podemos confundir, como o senhor disse e bem, a árvore com a floresta. Combate à corrupção tudo bem, todos concordamos e até elencamos um conjunto de questões que ficaram por esclarecer e sabemos que essas questões incomodam as pessoas.

Temos o problema do arroz, muitas doenças estão a surgir. Sr. Ministro da Saúde, o senhor tem que se preocavar, porque muitas doenças estão a surgir e não sabemos porquê. A carne importada que foi queimada em São Tomé e Príncipe há uns anos. Precisamos de facto de fazer justiça neste país, precisamos combater a corrupção de verdade.

Se o senhor decidir combater a corrupção de facto, pode contar connosco. Pedimos o debate sobre o estado da justiça, porque estamos dispostos a colaborar, mas não estamos dispostos a colaborar com perseguição aos cidadãos quando sabemos que na nossa sociedade a criminalidade está a aumentar. Hoje

o índice de criminalidade aumentou consideravelmente e os senhores estão a perseguir os adversários políticos. O que têm que fazer é virar-se para o País, observar o País como tal. Dizia alguém que estamos a debater o estado da Justiça em São Tomé e Príncipe, muito bem. Então, é para este São Tomé e Príncipe que o Governo deve olhar. Olhar o estado da Justiça de facto, ver como está a nossa sociedade.

O índice de criminalidade está a aumentar consideravelmente, enquanto isso, o senhor vai divertindo a população, dizendo que está a combater a corrupção. Acho que isso passa de uma diversão à população do que o combate à corrupção. É melhor mudar de estratégia, se quiser a nossa contribuição.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pinheiro.

**O Sr. Carlos Pinheiro (ADI):** — Sra. Ministra da Justiça, já dissemos aqui que a justiça realmente vai bem, perdão, vai mal,...

*Risos e aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.*

... que a Justiça não vai bem. É isso que eu quis dizer, não é motivo para risadas, façam-me o favor! Estamos a tratar de um assunto sério, a justiça. Não vamos brincar com coisa séria!

Estamos no lugar próprio para debatermos e os senhores não estão a debater a questão da justiça. Mais tarde, vão reclamar que foram prejudicados, tenho certeza disso! Vamos debater, somos representantes do povo, eleitos para tratar de questões ligadas à vida pública.

Sra. Ministra, estou um pouco confuso, a senhora disse que publicou o comunicado, porque o comunicado é aviso.

*Risos do ADI.*

Pelo conhecimento que tenho, não estou muito de acordo consigo e acho que a senhora incorreu em algum erro.

Se os juízes tivessem enviado para si um despacho, uma sentença, tudo bem, é um acto administrativo, a senhora poderia até publicar. O comunicado não tem carácter geral e isso prejudica a Justiça.

Conhecemos na administração pública exactamente quais são os actos administrativos. Aviso é um acto administrativo. Tenho muitas dúvidas sobre o comunicado, mas pronto. É essa a questão, a justiça não vai bem e estamos a viver um momento agora em que estamos a descredibilizar as decisões jurídicas.

Por exemplo, houve um decreto presidencial, estou a dar esse exemplo como Deputado, mas não tem nada a ver, estou especificamente na questão jurídica, que foi público, um acto público é um acto válido e o decreto não precisa de publicação para surtir efeitos, entra imediatamente em vigor. Temos aqui na Sala um embaixador deputado, é questão de segurança jurídica que não temos. Estamos a descredibilizar o nosso sistema jurídico. Isso não tem a ver com os Tribunais, tem a ver com os políticos, é essa a questão.

Todos estamos envolvidos nisso e damos azo a essas coisas, e é complicado. Amanhã, quando acontecer do outro lado, vão dizer, «não, deixa passar, porque já aconteceu no passado», incorremos no erro.

A questão da CPI que se criou na Assembleia é outra insegurança jurídica. Estamos a querer reverter a decisão que foi tomada sobre uma questão que já passou desde 2003. É essa a questão! Temos que credibilizar a Justiça, Sr. Primeiro-Ministro. O Governo tem essa obrigação de encetar contactos, de fazer um esforço titânico, para podermos sair desse imbróglio.

O meu Grupo Parlamentar não está aqui a acusar os juízes, não está a acusar o Governo, não está a acusar os políticos, mas todos temos que nos envolver. Nesse caso em questão, o Governo que está em funções deve assumir os erros e corrigi-los.

Houve erros graves que este Governo cometeu, violou o Estado de Direito Democrático...

*Vozes do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD:* — Oh!

**O Sr. Carlos Pinheiro (ADI):** — ... pôs em causa a liberdade das pessoas!

**O Sr. Danilson Cotú (PCD):** — Xiê!

**O Sr. Carlos Pinheiro (ADI):** — É normal, porque o Governo não sabia e cometeu o erro. Corrigir, tem que corrigir!

*Aplausos do ADI.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Correia.

**O Sr. Carlos Correia (ADI):** — Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo, quero aqui dizer que há uma situação de descrença geral da situação da Justiça e sente-se isso na maioria das populações. Se uma minoria não está a sentir, estamos a sentir que há uma descrença total.

Em 6 meses de governação, Vossas Excelências promoveram vários escândalos, retomaram, ou promoveram o caso de envelopes.

O XVI Governo recebeu especialistas internacionais e estes, na formação, ensinaram e disseram claramente aos nossos quadros que a Polícia Judiciária não tem competência para prender nenhum cidadão, mas o Governo deu ordens para prender um cidadão, arbitrariamente. Há o caso do Dr. Américo e outros mais.

O acesso à Cadeia está precário, Sra. Ministra. Estão a exigir um cartão. Imaginem um cidadão que venha de Caué, para visitar o seu familiar na Cadeia, e lhe estão a exigir a feitura de um cartão. Ele já paga o transporte e, quando chegam aí, cheio de barrados, porque terá que ter um cartão, mais uma despesa para esse cidadão de baixa renda. Em que país nós estamos? Noutros países, isso não acontece. Os serviços penitenciários têm que desenvolver e custear essas despesas, para que o cidadão possa estar na disposição de visitar os outros.

Sra. Ministra, não quero falar de verbas inscritas no OGE. Vossas Excelências subiram ao poder para resolver a situação. Queremos falar de execução e não de verbas inscritas, do poder de executar melhor e não reclamar e estar sempre a chorar que o outro governo fez isso e aquilo. O povo quer solução, o povo quer execução, porque são 6 meses de governação e a Justiça precisa de dinheiro para funcionar.

*Murmúrios da Sra. Ministra da Justiça.*

Sra. Ministra, quero dizer-lhe que o seu Governo não tem política, mas sim impolítica!

Sr. Primeiro-Ministro, com o elevado respeito que tenho por si, em termos de política, zero! Essas são impolíticas, e a Justiça é uma delas.

*Aplausos do ADI.*

A assistência judiciária, Sra. Ministra, zero! O Governo não paga e vai dando voltas. Em 2018, ainda no anterior governo, os juízes foram para o Príncipe duas a três vezes, e isso também tem a ver com a boa diplomacia, a boa cooperação entre as entidades, tanto governativas como parceiros.

Sra. Ministra, sabe-se que a Ordem dos Advogados já suspendeu os serviços de assistência judiciais, porque o Governo prometeu pagar e até hoje não pagou!

*Murmúrios.*

O outro governo, quando prometia, pagava. Este, zero!

*Aplausos e risos do ADI.*

**Vozes do ADI:** — Muito bem!

**Uma voz do MLSTP/PSD:** — Aquele acumulava dívidas.

**O Sr. Carlos Correia (ADI):** — Acumulava, mas pagava. Este disse que pagava em Janeiro e até hoje, já lá vão 6 meses, zero! Tem-se que dizer isso!

Sr. Primeiro-Ministro, como é que o senhor se sente perante um acto de um juiz do Supremo Tribunal que copia despachos, accordos, ainda mais de juízes estrangeiros? Um juiz de *copier coller*. Como é que o senhor se sente perante um juiz do Supremo Tribunal de Justiça que faz acórdãos, copiando de outros companheiros seus estrangeiros? Isso é um absurdo! O senhor, como Primeiro-Ministro, sente-se à vontade com isso? O senhor é um homem académico. Pelo amor de Deus, Sr. Primeiro-Ministro! Isto é uma arbitrariedade por completo, do topo à base.

*Murmúrios.*

Sr. Primeiro-Ministro, o povo implora-nos para organizarmos a Justiça, os técnicos e bons quadros da Justiça querem o melhor da Justiça, querem que o Governo dê condições para que esta funcione, e o Governo, zero!

Vem falar-me que está inscrito no Orçamento! Quero saber é da execução dos 6 meses, do dinheiro que conseguiram para pôr à disposição dos técnicos, para fazer funcionar a Justiça! É isto que temos que saber.

*Murmúrios do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.*

Sr. Primeiro-Ministro, fala-se até, de cartas falsas de países com quem temos boas relações. Tem-se que investigar isto! Cartas falsas, assinadas por altas entidades de outros países. O Ministério Público tem que investigar isto.

Sr. Primeiro-Ministro, é caso para se dizer que os juízes em São Tomé e Príncipe estão cegos. Se há envelopes, ok; se há Rosema, ok; se há muito dinheiro, ok, mas justiça para o cidadão, zero! Daquele

cidadão que precisa provar a sua inocência, de mostrar aos seus familiares que não é isso, mas é aquilo. Justiça, sim, combate à corrupção, sim, mas com justiça, seguindo os procedimentos judiciais, os procedimentos do tribunal, como o outro governo fez. O outro governo pautou pela reforma da justiça, para que os juízes é que fizessem totalmente a justiça.

**Vozes:** — Oh!

O Sr. **Carlos Correia (ADI)**: — Por último, Sra. Ministra, uma pequena aula de Direito de um Deputado que não tem formação em Direito.

Sra. Ministra, que barbaridade foi aquela que a senhora veio dizer aqui! A Lei 10/2008, artigo 6.º do Diário n.º 56, de 24 de Setembro, é clara. Sra. Ministra, actos normativos são actos da Presidência da República, da Assembleia e do Governo. Comunicados, como actos normativos, Sra. Ministra, pelo amor de Deus! Isto é mesmo para se ver que a Sra. Ministra é uma «*tata de tato*»...

*Murmúrios e protestos gerais.*

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Carlos Correia prometeu na última sessão que ia moderar a linguagem, mas continua na mesma senda.

*Murmúrios gerais.*

Não há mais inscritos e estão abertas as inscrições.

Tem a palavra a Sra. Ministra da Justiça para uma intervenção.

A Sra. **Ministra da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos**: — Sr. Presidente, primeiramente para dizer ao Sr. Deputado que o que gosto mais de fazer é estudar. Tenho uma licenciatura em Psicologia,...

**Vozes do ADI:** — Oh!

A Sra. **Ministra da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos**: — ... uma pós-graduação em População e Desenvolvimento,...

**Vozes do ADI:** — Oh!

A Sra. **Ministra da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos**: — ... um curso de Direito com média 16, e acabei o meu Mestrado, no mês de Janeiro, na Universidade de Évora. Posso trazer os meus diplomas, para mostrar e chapar-lhe na cara!

*Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.*

*Protestos do ADI.*

Segunda coisa, quando falei, falei do artigo 9.º e não do artigo 6.º. Falei da Lei 10/2008, sobre Publicação, Indentação e Formulário de Actos Normativos. Artigo 9.º e não artigo 6.º.

*Murmúrios do ADI.*

Sobre a questão da competência da Ministra da Justiça em relação à Directora da PJ, para realizar despachos, o Sr. Deputado terá que ler a Lei-Orgânica da Polícia Judiciária, que os Srs. Deputados aprovaram, Lei n.º 1/2018 e depois estudar, não vou perder o meu tempo...

**Vozes do ADI:** — Oh!

...depois estudar a Lei 13/2008, Estatuto do Ministério Público. É isso que queria dizer aos senhores.

*Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.*

Terceira questão, houve um deputado que levantou a questão sobre o aumento da criminalidade. Temos estado a fazer trabalhos de informação e sensibilização, relativamente à questão da violência doméstica. Portanto, como há a intensificação de trabalhos nas comunidades, a população tem estado a adquirir mais conhecimentos e, adquirindo mais conhecimentos dos seus direitos, tem estado a dirigir-se aos órgãos policiais.

O aumento da criminalidade não vem dos 6 meses, já vem de há um bom bocado. Portanto, o Ministério da Justiça e o Governo têm estado a fazer todo o esforço, de forma a diminuir a criminalidade no País.

O Sr. **Danielson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — Sim senhor!

*Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José António.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Sra. Ministra, obrigado por ter tentado dar resposta às nossas questões, mas infelizmente o que fez aqui foi exibir diplomas...

**Vozes do MLSTP/PSD**: — Oh!

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — ... e na verdade não respondeu às nossas questões.

Compreendo, mas no vosso Governo há alguns ex-deputados com bastante experiência, por isso era bom que ajudassem a Sra. Ministra e os outros que não têm experiência nesta Casa Parlamentar. Nenhum deputado deve fazer isso, muito menos a Sra. Ministra, dizer que vai «chapar na cara do Deputado o diploma». A senhora deve retractar-se, porque não pode usar essa expressão. Não sei o que significa essa expressão, mas a senhora devia retratar-se. Mas não é obrigada a fazê-lo...

*Murmúrios e protestos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.*

**Vozes do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD**: — Estão a faltar a senhora com o respeito!

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Estou no uso da palavra, para dizer que...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, conclua a sua intervenção.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Ok, muito obrigado, Sr. Presidente.

Para dizer que de facto, Sra. Ministra da Justiça, comprehendo o seu esforço, porque uma coisa é termos diplomas e certificados, outra coisa é a prática de Direito. A senhora fez sim a formação em Direito, mas o grande problema está na prática, e a senhora também não precisa saber de tudo. Muitas vezes o que nos falta é a humildade. Não precisamos saber de tudo, por isso é que temos assessores.

Sra. Ministra, penso que o que nos falta neste país é assumirmos, quando as coisas estão mal, quando cometemos algum erro.

Pedimos este debate para pormos a nu e dizermos que o estado da Justiça está alarmante, está gritante.

De facto reconhecemos que o Governo tem 6 meses, mas não estamos a pedir ao Governo explicação de 1, 2, nem 4 anos. Estamos a pedir ao Governo exactamente dos 6 meses. Precisamos de ter sinais.

A senhora disse que já havia a criminalidade, mas compare, por favor! Vamos para as estatísticas. O índice de criminalidade está a aumentar de forma assustadora, é preciso reconhecermos isso.

Agora, se quisermos governar com a sombra do passado, ok, podemos fazê-lo. Como é o vosso apanágio estar sempre a perseguir os dirigentes do ADI, porque continuam a governar na sombra do passado do XVI Governo Constitucional. É mau para vocês, com certeza, porque não vão conseguir governar na sombra do passado.

Por isso, volto a pedir à Sra. Ministra da Justiça, não sei, a senhora lá saberá, com a sua almofada, como é que vão as coisas por lá.

Para facilitar a vida ao Governo, a senhora devia pôr o seu lugar à disposição.

O Sr. **Presidente**: — Não há mais inscritos?

*Pausa.*

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado e Vice-Presidente da Assembleia, Guilherme Octaviano.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, Srs. Membros do Governo, Caros Colegas Deputados: Quero dizer que esperava deste debate um debate pedagógico, informativo e para o qual poderíamos enxaguar e lavar todas as questões inerentes à Justiça, mas não foi. Vamos procurar fazer um trabalho didáctico.

Em primeiro lugar, prezando pela justiça, gostaria de felicitar a eleição do Dr. Peregrino, como reitor da Universidade de São Tomé, por ser um processo de justiça, no dia 15 do corrente mês.

Segundo, estive a tentar aprofundar. Como disseram e bem, não convém recorrermos ao passado, mas às vezes reporto-me ao passado, citando a história de Portugal, em que governou o que é conhecida como a terceira dinastia, a Dinastia Filipina, de 1580 a 1640. Tenho algum receio — é bom que haja justiça — na medida em que aqueles que governam que fiquem no País connosco. Justiça!

Estou a utilizar o termo «justiça», porque um colega meu, o Dr. Amaro Couto, tinha abordado que «justiça» é um termo horizontal e amplo.

Não gostaria de mencionar um outro cientista social, Aristóteles, quando mencionava sobre a «justiça ética», a «justiça política». É nesses aspectos que devemos rever a nossa atitude comportamental, em termos da forma, da atitude e em termos de como andar.

Quero frisar, concretamente, quando alguns colegas falavam da presença do nosso colega Deputado António Quintas na Sala. Vimos a questão com lupa. Recordam que, em 2016, o actual Presidente Evaristo tinha sido nomeado e estava cá...

**O Sr. Deolindo da Mata (MLSTP/PSD): — Eleito!**

**O Sr. Guilherme Octaviano (MLSTP/PSD): — Tinha sido eleito, mas continuou ainda uns dias como Deputado. É normal, é de praxe.**

*Murmúrios do ADI.*

Continuando o meu raciocínio, todos estamos de acordo que a questão da injustiça é muito grande e, neste caso, temos que louvar o trabalho que a Sra. Ministra da Justiça. Ela tem feito um bom trabalho, ajudar as partes e discutir, e todos também devemos participar. Não é um trabalho estritamente localizado no Sector da Justiça, mas deve obedecer a um universo. Digo isso pelo seguinte: é inaceitável a atitude que esses juízes tiveram.

Sr. Presidente Delfim, quer dizer que qualquer dia serei acossado também a fazer uma reunião aqui, ultrapassando-o.

*Risos do MLSTP/PSD.*

Nesse conjunto de questões, convém que trabalhemos em conjunto.

Meu colega e amigo, a posição do nosso Primeiro-Ministro tem sido uma questão de vivência, de conhecimento e de realismo, e isso ajuda-nos a avançar.

**O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar do MLSTP/PSD, para uma intervenção.**

**O Sr. Amaro Couto (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, venho aqui também para tentar contribuir no debate sobre a questão da presença do nosso Deputado António Quintas na Bancada. Temos considerações de dois tipos a fazer à volta desta questão: a primeira consideração é de natureza meramente jurídica e a outra é mais abrangente e tomaria contornos políticos, mas, enfim.**

Vamos começar pelas considerações de ordem jurídica. O Deputado António foi nomeado embaixador muito recentemente e levantou-se aqui uma questão da publicação ou não do acto. Alguém teria dito que foi lido na comunicação social e que, na sua interpretação, já estaria publicado. É uma interpretação.

A outra interpretação é que a publicação formal requer, naturalmente, que passe pelo crivo da sua inscrição no Diário da República e parece que essa formalidade ainda não está observada.

Isto é o que se me oferece dizer no plano jurídico.

Alarguemos um pouco o debate para o plano político. Não estamos num domínio de relações internacionais e, naturalmente, que o embaixador só será embaixador a partir do momento em que ele apresente as cartas credenciais, com que o Presidente de São Tomé e Príncipe o habilita para entregar ao seu homólogo português. Para isso, ele terá que estar lá em Portugal, terá que esperar que seja agendado o dia para a entrega dessa carta e, só depois de cumprida essa formalidade, é que ele poderá ser diplomata no pleno exercício das suas funções, enquanto embaixador. Sem ser isto, enquanto não estiver concluído, ele não está em situação de incompatibilidade ou de acumulação de funções. Portanto, ele está aqui enquanto Deputado.

Agora, quanto a quando é que vai deixar de ser Deputado, naturalmente há esse formalismo a que fiz referência e também depende dele. Se achar, a qualquer momento, que não está disponível para exercer essas funções,...

*Murmúrios do ADI.*

... terá que cumprir as formalidades que a Lei prevê.

É o que se me oferece dizer sobre esta questão, tentando contribuir para não conflitualizar, nem polemizar um assunto que não tem nada de conflitualidade, nem de polémica.

*Aplausos do MLSTP/PSD.*

**O Sr. Presidente: — Estão abertas as inscrições.**

Tem a palavra o Sr. Deputado António Quintas, para uma intervenção.

**Vozes do ADI: — É o Sr. Deputado ou o Sr. Embaixador?**

O Sr. **António Quintas** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Deputados: À semelhança do que fiz na 1.ª Comissão, a que tive a honra de pertencer durante esses 6 meses, gostaria aqui de aproveitar esta singela oportunidade para agradecer a todos os Deputados, pela colaboração que deram durante o período que exercei esta deputação. Fiz questão de participar neste último Plenário, para poder ter a oportunidade de expressar, do fundo do coração, o apoio que tive de todos os Grupos Parlamentares, no exercício das minhas funções.

Efectivamente, à luz do decreto que foi tornado público pelos órgãos de comunicação social, já explicou aqui o Líder Parlamentar, numa visão jurídica do assunto, tenho a anunciar que de facto esta será a minha última sessão.

Quis o destino que a justiça estivesse em debate neste dia em que finalizo as minhas funções como Deputado, mas para dizer aqui ao Sr. Presidente da Assembleia Nacional que apreciei a forma como tem dirigido os trabalhos.

Cumprimentar o Sr. Primeiro-Ministro, pela disponibilidade que tem manifestado em participar nos debates aqui na Assembleia Nacional, e dizer que vi como boa prestação a introdução que fez do estado da Justiça, também a intervenção da Sra. Ministra da Justiça e dos destintos colegas Deputados do Grupo Parlamentar a que pertenço.

Para dizer também que hoje em dia, com o advento das telecomunicações, das novas tecnologias, estar lá ou aqui é quase a mesma coisa. Seguirei os trabalhos parlamentares, da política nacional e estarei sempre presente aqui.

É claro que dei a minha contribuição naquilo que se refere à determinação daquilo que debatemos aqui sobre a dignificação da classe parlamentar e gostaria de fazer apelo a que todos os Deputados continuassem nesta senda.

Muito obrigado a todos.

*Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.*

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado António Quintas.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Barros, para uma intervenção.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados: Demorei a tomar a palavra, porque estava com alguma dificuldade em participar num debate que foi pedido por um grupo que, do meu ponto de vista, não tem noção do conceito «justiça», porque quando a pessoa pratica a injustiça dentro da sua própria casa, não tem moral para pedir justiça aos outros.

Houve uma eleição no seio do ADI, um congresso, ganhou um presidente, mas há injustiça dentro do próprio ADI, porque esse presidente não tem a chave até hoje.

*Risos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.*

Por outro lado, até me parece que as pessoas não estavam no País e que só chegaram agora, nos últimos 6 meses.

Antes de iniciar propriamente a minha intervenção, quero aqui pedir antecipadamente desculpas a algumas pessoas que, possivelmente, a minha intervenção poderá afectar, porque reconheço que não se pode colocar toda gente no mesmo saco. No seio do ADI também tem pessoas boas, tem pessoas honestas, pessoas em que também acredito e tenho muito respeito. A essas pessoas, as minhas desculpas, mas outras vão ouvir mesmo.

Se faço esse pedido de desculpas é porque vivemos num país onde existem duas verdades: por um lado, há pessoas que são manchadas por interesses políticos, mas, por outro lado, existe também a corrupção, que tem que ser combatida.

Há bem pouco tempo, quando o vento estava a soprar para um determinado lado, estava tudo bem com a Justiça. Quando o Presidente da República promulgou a lei que criou o Tribunal Constitucional, mesmo sabendo que estava sobre a fiscalização do Supremo Tribunal, nas vestes do Tribunal Constitucional, na altura...

O Sr. **Abnaldo d'Oliveira** (ADI): — O Tribunal foi criado em 2003, pela Constituição da República.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — ... quando esse diploma foi publicado, houve uma reacção do Supremo Tribunal, que anulou essa promulgação, ninguém cumpriu. Naquele período, a Justiça estava a funcionar bem, não estava?

Quando queriam criar esse tribunal à força, meteram aqui polícias, tropas para matar deputados, porque o tribunal tinha que ser criado, a Justiça estava a funcionar bem para algumas pessoas!

Bem, o vento mudou de posição e agora vem o Grupo Parlamentar do ADI submeter à Assembleia o debate sobre o estado da Justiça. Perfeitamente normal. Quero dizer aos Srs. Deputados do Grupo Parlamentar do ADI que de facto concordo que a Justiça em São Tomé e Príncipe tem que ser debatida e, em relação a isso, vou mais além, porque a Justiça não vai mal, vai muito mal, e explico porquê? Quando

um ministro da República, que representa o povo, vai para o exterior, com a autorização do seu Primeiro-Ministro, assinar um acordo de 17 milhões de dólares, assinar um outro de 30 milhões de dólares, que no País só entram 10 milhões e os restantes desconhece-se o paradeiro...

*Murmúrios e protestos do ADI.*

...e quando a justiça age nessa direcção é politiquice, é perseguição política. Quer dizer, neste momento, para o ADI a Justiça está a funcionar mal, mas quando aconteceu tudo que aconteceu no Banco Central, distribuíram o dinheiro da forma como distribuíram, quando já houve um inquérito que recomenda a reposição desses valores que abusivamente foram distribuídos e que até hoje ninguém repõe, ninguém diz nada, nada acontece com ninguém. Este também é um dos motivos para eu dizer que a Justiça, de facto, vai muito mal.

Quando o Tribunal de Contas publicamente vem dizer que existem várias câmaras distritais que usurparam milhões e milhões do povo e que devem repor esses milhões...

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — Bacuda!

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — ... que até hoje ninguém repôs e nada acontece com ninguém, é mais um motivo para dizer que a Justiça vai muito mal.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Há mais?

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Há muito mais, mas o tempo não permite tudo.

*Murmúrios do ADI.*

Agora, infelizmente, para mim – e isto que vou dizer agora muita gente não tem a coragem de dizer – quem está mesmo a priorar a Justiça em São Tomé e Príncipe, há uma dupla de Carvalhos...

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Dupla?

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Sim, dupla de Carvalhos: Kelve Nobre de Carvalho e Evaristo de Carvalho, o Presidente da República.

*Murmúrios do ADI.*

Porque quando a Justiça quer agir, o Presidente da República vem logo ameaçar que quer demitir o Governo, quando o Governo não tem nada a ver com isso, é um processo de justiça, a fazer intimidações. O Presidente da República não está a colaborar na luta contra a corrupção. É por isso que a Justiça não está bem.

Um Procurador-Geral da República que não se movimenta, nem movimenta nada, porque vai em direcção aos seus companheiros. Anteriormente diziam que os camaradas vinham procurar refúgio na Assembleia. Hoje os companheiros estão a refugiar-se na presidência. Assessores...

*Murmúrios e risos.*

Houve um caso que deram um tiro a uma pessoa, foi para o hospital, amputaram-lhe um pé e morreu, a Justiça não resolveu nada, e essa pessoa é assessor!

Assina um acordo, o dinheiro não aparece, quem assinou não diz nada, é assessor!

Há uma pergunta que sou obrigado a fazer porque, por mais que venham politizar o caso dos 17 milhões de dólares, alguém tem que ser responsabilizado por isso, porque é o dinheiro do povo e que faria muita coisa para o povo.

*Applausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.*

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, não havendo mais inscrições daria a palavra ao líder parlamentar do ADI para terminar?

Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar da coligação PCD/MDFM-UDD para uma intervenção.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Sr. Primeiro-Ministro, sou forçado a iniciar a minha intervenção, tentando fazer um antes e um depois.

O antes, para lembrar o quanto o anterior primeiro-ministro fugia dos debates parlamentares aqui, tipo «diabo foge da cruz». Não aceitava, fugia. O senhor veio, sinal de respeito para com esta Casa Parlamentar,...

*Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.*

... sinal de respeito para com o povo são-tomense. Felicito-o por isso, em nome do meu Grupo Parlamentar.

Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados, acompanhei aqui muitas intervenções e confesso que fiquei sem perceber, não sei, se é por alguma dificuldade de aprendizagem por parte de alguns Srs. Deputados, mas há Deputados que já fizeram 4 anos de Legislatura aqui, mas que não aprenderam nada ou, se aprenderam, aprenderam pouco e não prestaram atenção nas coisas que andaram aqui a fazer.

Se não, vejamos: tenho aqui em mãos a Lei n.º19/2007, Lei Orgânica do Tribunal Constitucional e o seu artigo 139.º, «entrada em vigor», se formos ver quem assina, é o anterior Presidente da Assembleia, José da Graça Diogo, e o Presidente da República, Evaristo Carvalho. A Assembleia Nacional aprovou, em 15 de Agosto de 2017, e o Presidente da República promulgou em 22 de Dezembro de 2017.

Na altura, nós, que éramos a oposição, posicionamo-nos contra esta lei e muito dos senhores, que hoje estão cá sentados, dizendo que há injustiça e que a Justiça vai mal, aprovou isto. É na base desta lei que o Presidente do Tribunal Constitucional solicitou os expedientes que solicitou, junto ao Conselho Superior de Magistratura Judicial. Quem aprovou?

*Protestos do ADI.*

Foram os senhores!

*Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.*

Então, não venham aqui agora com conversas.

Mais documentos. Tenho em mãos a Lei Orgânica da Polícia judiciária. Abram a Lei, meus caros Deputados, e vejam o artigo 12.º, competência processual, a alínea b) do n.º 1, vejam o que é que está lá escrito, e vejam a parte final. Lei aprovada no dia 22 de Novembro de 2017, promulgada em 19 de Dezembro de 2017. Aprovada por quem? Pelos senhores, que hoje vêm para aqui dizer que a Justiça vai mal. Os senhores fizeram essa maldade toda com o povo de São Tomé e Príncipe, porque, como já disse o Sr. Deputado, o vento ia noutro sentido. Tinham que ser coerentes.

E eu ainda tenho mais. Esta, graças a Deus, o Presidente da República devolveu. Lei Orgânica da Instituição de Gestão e de Administração da Infra-estrutura de Justiça. Com esta lei, os senhores pretendiam dar ao Governo, através do Ministro da Justiça, o poder de recrutar e nomear juízes. Em pleno século XXI, queriam fazer isso! Uma vergonha autêntica! Isso sim é que era atentado à Democracia! E os senhores querem vir dizer-me que é este Governo que está a criar atrocidade com a Justiça? Tenham vergonha na vossa cara, meus Srs. Deputados!

*Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.*

Eu não aceito isso!

E há mais outras leis que eu podia avançar aqui, mas eu não o faço, porque o tempo não está aqui para muito. Agora, falar da intromissão na Justiça é ignorar todo esse trabalho que os senhores fizeram. Então, na altura, o fizeram porquê? Porque era interessante fazer assim, porque o povo vos deu a maioria. Não, a maioria é para ser usada com juízo.

*Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.*

É uma questão de coerência!

Há exemplos muito práticos. Eu não sei se o povo de São Tomé e Príncipe está a lembrar-se de que tivemos um Presidente do Supremo Tribunal de Justiça que tinha sido Ministro da Justiça. Então, o que se está a passar? A coisa agora começou nesses 6 meses? Eu venho aqui, sinceramente, para dizer que quando eu li este pedido de debate, fiquei triste. Eu esperava mais de alguns Srs. Deputados. Porquê? Primeiro, os argumentos que aqui estão mostram claramente que não fizeram aquilo que deveriam fazer. Elencaram uma série de coisas que, no meu entender, carece de fundamento lógico. Esqueceram do pacotão de justiça que fizeram no âmbito da reforma, que dá a todos esses órgãos o poder de agir. Qual Sra. Directora da PJ?! Coitada dela! Ela tem instrumento jurídico. Eu recordo-me das palavras de um dos dirigentes da altura, o então Director da PJ, que dizia no Telejornal: «agora sim, estamos em condições de ter uma Polícia funcional». E a Sra. Directora da PJ fez o quê? Ela foi indicada para o cargo.

Agora, o que eu esperava, sinceramente, é que alguns desses Deputados que subscreveram, neste caso, a petição, aqui o requerimento de debate, se não concordam com o teor da Lei hoje, porque o vento está noutro sentido, dessem uma entrada com um projecto de revisão da lei, essa é a nossa competência, enquanto Deputados, para mudar o que vai mal! Não é chamar o Governo e tentar responsabilizá-lo. Não tem sentido!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado José António.

O Sr. José António Miguel (ADI): — Sr. Presidente, é só para dizer que, na verdade, a Lei existe, mas só que há outra que é muito importante, tem que ver com a interpretação da Lei, primeiro ponto.

Segundo ponto, em vários momentos, nós assistimos mesmo a Sra. Directora da PJ dizer que está a agir por ordem superior. Ordem superior é alguma lei?

#### *Murmúrios*

Se quiserem, vão perguntar à senhora que momento agia, dizendo que estava a agir, na base de ordens superiores. Também faz parte do pacote que os Srs. Deputados querem aqui avançar? Receber ordem superior? «Sra. Directora, a senhora sabe que o que está a fazer não é correcto». «Não, não, eu estou a fazer o meu trabalho, porque recebi ordens superiores». Então, agora vocês fazem a vossa leitura.

Muito obrigado.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Correia.

O Sr. Carlos Correia (ADI): — Sr. Presidente, só 1 minuto.

Ouvi aqui falar de enxaguarmos sem lavar. Pois, Srs. Deputados, nós temos que lavar, para depois poder enxaguar. Daí que foi uma pena, Sra. Ministra. A senhora pode ter todos os diplomas possíveis e imaginários. Eu também não os tive, porque não tive oportunidade. E sabem de quem a culpa? Do Partido MLSTP, porque eu sempre gostei de estudar.

#### *Murmúrios do MLSTP/PSD.*

Por isso, como sabem, isto sempre houve no nosso país, mas eu, sempre com os meus esforços, vou procurando adquirir conhecimentos.

A senhora pode ter todos os diplomas, mas de política não percebe nada. Se a senhora fosse mesmo competente, não aceitaria os mandos dos seus pares da geringonça, para fazer que fez, intrometendo na Justiça. A senhora é governo, e o Governo dá as condições para a Justiça, e não interfere no cômputo da justiça. Daí que eu não tenho receio nenhum, Sra. Ministra, com todo respeito que tenho por si como pessoa, de dizer que a senhora, em matéria de governação, é uma incompetente, porque interferiu no campo da Justiça. Devia ter dito que não fazia aquilo. A senhora tem todo esse direito.

Daí também gostaria de dizer ao povo, lá em casa que, de facto, como disseram aqui Deputados, o ADI fez reformas, fartou-se de fazer leis. Eu já disse aqui que o ADI estava interessado em meter leis, para poder melhorar a Justiça. Com a colaboração de todos, todas as leis foram aprovadas aqui, todos os Deputados estavam aqui presentes. O ADI quis fazer isso para serem juízes a tomarem medidas, não o Governo a interferir na Justiça, como disse aqui o Deputado que me antecedeu, que a Directora da Polícia Judiciária disse «ordens superiores».

Muito obrigado, Srs. Deputados.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Líder do MLSTP/PSD.

O Sr. Amaro Couto (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, muito obrigado.

É só para reagir à intervenção do Sr. Deputado Carlos Correia, quando faz alusão ao MLSTP/PSD, em sentidos proibitivos que lhe dificultaram ter a formação que, certamente, gostaria de ter. É só para dizer que o MLSTP/PSD nunca teve políticas dessa natureza. Basta dizer que todos nós que estamos aqui nesta Sala beneficiámos de política de formação do MLSTP/PSD. Mal ou bem, alguns com dificuldades acrescidas em relação aos outros, mas dizer que intencionalmente pôs barreira para a formação das pessoas, pessoalmente, eu creio que isso nunca existiu.

Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Líder Parlamentar do MLSTP/PSD.

Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar do ADI.

O Sr. Abnaldo d'Oliveira (ADI): — A minha intervenção é para responder, em nome do Grupo Parlamentar do ADI, ao Sr. Líder Parlamentar da Coligação, o Deputado Danilson Cotú, que nós não temos vergonha de assumir o que fizemos. Reconhecemos que nem tudo fizemos. Então, aquilo que ficou por fazer cabe ao Governo. Quem define a política da Justiça é o Governo. Por essa razão, a nossa exigência, hoje, não pode ser ao anterior governo. É a este que temos que pedir. Então, quem devia ter vergonha são os senhores, que não estão a reconhecer que o estado da Justiça está mal!

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Não havendo mais inscritos, de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 88.º, convido o Sr. Líder Parlamentar do ADI, ou a quem este indicar, para fazer a sua intervenção de encerramento deste debate.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Muito obrigado, Presidente.

Eis que chegamos ao fim do nosso debate.

Sr. Primeiro-Ministro, agradecemos a vossa presença aqui. Pudemos partilhar alguns pontos que enfermam o nosso estado da Justiça.

Como proponente, temos certamente algumas propostas a fazer. Claro que o nosso povo, aqueles que nos acompanham: as palaiês, os jovens, motoqueiros, taxistas, todas as classes, gostariam que nós trouxessemos aqui em debate assuntos que os afigem, directamente, como a questão de emprego, e aquilo que possa melhorar as condições de vida desses nossos concidadãos. Mas a justiça também é importante, porque sem a justiça, ou na ausência dela, não há investimento, não há emprego. Sem a justiça não há confiança, não há segurança, não há paz, não há harmonia social, não há liberdade e, pronto, não há desenvolvimento.

As nossas intervenções foram no sentido de pedir e exigir do Governo, porque cabe ao Governo definir políticas de justiça, mas no decorrer do debate registamos, com alguma preocupação, porque o Governo, de uma forma geral, mas sobretudo a Sra. Ministra, não foi capaz de responder, com coerência e precisão, as questões colocadas pelo Grupo Parlamentar do ADI. A Sra. Ministra não foi capaz de responder às preocupações do povo, através da nossa voz. A Sra. Ministra não foi capaz de responder, de forma precisa, o número de detidos, aqui colocámos questões precisas, que se encontram sob prisão preventiva, que aguardam uma deliberação de juízes. São informações que o povo precisa saber sobre o estado da Justiça.

O Governo não conseguiu assumir que o índice de criminalidade está a crescer e periga a nossa segurança, a nossa paz, a nossa harmonia social.

Temos uma Justiça de acórdãos feitos nos gabinetes. O Sr. Primeiro-Ministro disse que a justiça não deve ser nos gabinetes, mas todos reconhecemos que infelizmente a nossa justiça tem sido feita nos gabinetes, fora das instituições vocacionadas para tal. A justiça, enfim, vai mal!

A Sra. Ministra que desacata a decisão do Tribunal Constitucional, o maior órgão naquilo que é o sistema judicial que nós temos.

O Governo não foi capaz de discordar que não dá ordens superiores. Várias vezes colocámos aí questões. O Governo não foi capaz de provar o respeito pela separação de poderes, quer na interferência de Sua. Exa. Sra. Ministra da Justiça, quer na interferência do Sr. Ministro da Defesa.

Face a tudo isto e outros mais, que o Governo reveja a sua política de justiça com os actores, que reveja os aspectos dos vários concidadãos detidos preventivamente, com excesso de tempo, que ainda aguardam a sua liberdade.

A nossa proposta vai ainda para que o Governo possa melhorar o que está bem e corrigir o que está mal.

Regularizar o funcionamento do Tribunal Constitucional, sendo um órgão colegial, se suspende 3 juízes, logo, ele deixa de existir, efectivamente.

Continuar com a reforma da Justiça que nós demos início. Dado ao desconhecimento da Sra. Ministra sobre a real situação da Justiça e da sua intromissão, nós exigimos a sua demissão.

Dada a intromissão do Sr. Ministro da Defesa naquilo que é a esfera da Justiça, também, igualmente, pedimos a sua demissão.

O Sr. **Danilson Cotú**: — Oh, piá!

Murmúrios.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Nós propomos igualmente a vinda de inspectores judiciais para São Tomé e Príncipe, para ajudar os nossos técnicos e quadros afectos do sector.

Por último, também propomos, no âmbito da cooperação multilateral, a vinda de magistrados da CPLP, para nos ajudar a melhorar o nosso sistema naquilo que for necessário.

Obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Líder Parlamentar do ADI.

Com a sua intervenção, damos por findo o debate solicitado pelo seu grupo.

Portanto, passemos de imediato ao segundo ponto, que tem a ver com a solicitação do Governo de uma moção de confiança. Para o efeito, peço ao Sr. Primeiro-Ministro que faça a introdução do seu pedido.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, mais uma vez queria saudar as Sras. e Srs. Deputados.

Foi introduzida uma moção de confiança, que passo a ler: «Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembleia Nacional, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados, minhas senhoras e meus senhores, excelências: O XVII Governo Constitucional completou, no último dia 3 de Junho os primeiros 6 meses do seu mandato de 4 anos. Sendo curto o prazo da sua actividade governativa e com o OGE aprovado há pouco mais...» ...

*Murmúrios.*

Sr. Presidente, posso continuar?

O Sr. Presidente: — Se faz favor, Sr. Primeiro-Ministro, pode continuar a sua intervenção.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Dizia, «sendo curto o prazo da sua actividade governativa e com o OGE aprovado há pouco mais de 2 meses, o Governo tem focado os seus esforços na adopção de medidas que alicerçam, com sustentabilidade, as linhas de força do seu Programa, submetido à Assembleia Nacional, no final do ano passado.

Cumpre-me lembrar que o XVII Governo Constitucional tem como objectivos fundamentais, no quadro de uma relação de confiança com o povo e de uma actuação pautada pelo rigor e pela responsabilidade, apostar no progresso e crescimento real da economia e o aprofundamento da unidade nacional do Estado de Direito Democrático e da coesão social.

Apesar do estado em que encontrou a nossa economia e as finanças públicas, com uma enorme dívida interna e externa, com um dos maiores índices de desemprego do nosso Continente, com um sector privado nacional à beira da falência, num cenário de grave ameaça ao Estado de Direito Democrático e aos direitos e garantias individuais do cidadão, o Governo, nesses 6 meses de governação, resgatou a liberdade dos cidadãos, tem demonstrado escrupuloso respeito pela separação dos poderes, adoptou a luta contra a corrupção como o seu estandarte e tem criado as bases para, no futuro próximo, começar a colocar em marcha os seus projectos para o desenvolvimento económico e social do nosso país, consagrado no seu Programa.

Ao nível das relações com os países amigos e com as organizações internacionais, este período, muito curto, foi marcado por uma intensa actividade de diplomacia económica, destacando-se as várias conquistas nos contactos e negociações com os parceiros bilaterais e multilaterais e nas várias visitas que altas individualidades e delegações de países amigos efectuaram a São Tomé e Príncipe, para o reforço dos laços de cooperação.

Este renascimento das relações com os países amigos e a recuperação da imagem do nosso país no exterior é o resultado da aplicação de uma política de Estado que se baseia na boa governação, na transparência na gestão da coisa pública e na prestação de contas.

Esta postura do Governo tem colhido os maiores elogios dos nossos parceiros de desenvolvimento, que entendem essa firme determinação de lutar contra a corrupção, como uma necessidade vital para o desenvolvimento do País e um sinal forte de encorajamento para os investidores estrangeiros.

A conduta política do actual Governo, no que diz respeito ao desenvolvimento social e económico do País tem-se baseado nas reais possibilidades que temos de dar um passo em frente, começando a contar com as nossas próprias competências e recursos internos. Queremos transformar, com realismo, inclusão e pragmatismo, São Tomé e Príncipe num país onde todos os são-tomenses se orgulhem de pertencer.

Outra grande bandeira deste Governo é a luta contra o despotismo injustificado e controlo das contas públicas. O Orçamento aprovado nesta augusta Assembleia é prova desta posição. O rigor orçamental tem sido e continuará a ser uma linha de orientação para o nosso Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul. Estamos numa linha de actuação, na qual o Governo defende o dever de criar o bem-estar para as nossas populações, mas não à custa de dívidas desnecessárias, que irão onerar as nossas futuras gerações.

Nesse ponto, convém salientar que, em 6 meses de governação, os salários da Administração Pública foram pagos sem recurso ao crédito bancário e, muito menos, ao crédito externo de origem duvidosa, como era prática anteriormente.

Contudo, seria utópico pensar que o Governo poderia colocar em prática todas as accções previstas no seu Programa, se não assumisse, como um factor impensável à sua execução, a estabilidade político-institucional. Por isso, hoje podemos dizer que as instituições do Estado funcionam e o nosso Estado de Direito Democrático vai-se consolidando cada vez mais.

Para tal, o Governo não tem pougado os seus esforços para poder garantir uma total lealdade e solidariedade institucional, em relação aos restantes órgãos de soberania, no estrito respeito pelas competências que a Constituição a cada uma atribui. Sobre este ponto, o Governo reitera, como já o fez de outras ocasiões, a sua firme vontade de se empenhar, sem descanso, para manter com os outros órgãos de soberania uma relação baseada no diálogo permanente e no respeito mútuo.

Esta é, desde o início, a postura do XVII Governo Constitucional e continuará a ser durante todo o seu mandato, para a defesa da necessária estabilidade governativa, no sentido de recuperar e fortalecer a confiança do nosso povo e dos nossos parceiros de desenvolvimento.

Esse esforço de estabilidade está, aliás, reflectido na coesão existente no interior da coligação governamental. O reforço do acordo de coligação, que os partidos políticos que sustentam a nova maioria parlamentar apresentaram ao Sr. Presidente da República, é a expressão de um compromisso firme pela estabilidade política nesta legislatura, pela convergência de posições políticas, em torno de um programa com objectivos comuns e por um Governo sólido e coeso, capaz de dar resposta aos enormes desafios que São Tomé e Príncipe e os são-tomenses têm pela frente.

Assim, nos termos do artigo 221.<sup>º</sup> e seguintes do Regimento desta augusta Assembleia, o Governo solicita à Assembleia Nacional a aprovação de um voto de confiança à sua acção, a desenvolver no quadro do seu mandato.

Primeiro-Ministro, Jorge Bom Jesus», em nome do Governo.

*Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.*

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, feita a apresentação da moção de confiança solicitada pelo Governo, passemos para o período de pedidos de esclarecimentos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira, para uma intervenção.

Recordo que o tempo de pedido de esclarecimentos é global e foi distribuído por cada Grupo Parlamentar.

O Sr. Abnildo d'Oliveira (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados: De facto estamos num exercício muito interessante, o Governo fez um pedido de moção de confiança, não sei se devia ter feito logo no início, mas pronto, passados que foram 6 meses.

Não sei, Sr. Primeiro-Ministro, se este é um pedido de moção de confiança, porque há confiança e pede confiança, ou se há desconfiança, não sei.

Agora, o Sr. Primeiro-Ministro disse, na sua introdução, que prima por uma relação baseada no diálogo e, como disse, «desde o início, esta é a postura do XVII Governo Constitucional e continuará a ser», mas não é isso que verificamos, não foi isso que se passou aqui nos últimos 6 meses. Tivemos casos, até hoje, o Sr. Presidente da República não reconhece o Governador do Banco Central...

O Sr. José António Miguel (ADI): — E o Sr. Primeiro-Ministro o mantém lá!

O Sr. Abnildo d'Oliveira (ADI): — Têm boas relações de diálogo institucional, mas o Governo tentou demitir ou mandar para casa os embaixadores, sem falar com Sua Excelência o Presidente da República.

O Sr. José António Miguel (ADI): — Boas relações!

O Sr. Abnildo d'Oliveira (ADI): — Boas relações! E foi graças às nossas intervenções aqui, enquanto Deputados, que levantamos vozes, para depois fazerem marcha atrás.

Portanto, Sr. Primeiro-Ministro, só neste aspecto, gostaria que o senhor explicasse em que consiste essa boa relação e esse diálogo, que começou desde o início da sua legislatura.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Felisberto Afonso, para uma intervenção.

O Sr. Felisberto Afonso (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, boas tarde.

Sr. Presidente, permita-me. Eu não quero fazer a minha intervenção como Deputado hoje. Quero fazer a minha intervenção como gestor que eu sou. A minha visão política do Sr. Primeiro-Ministro é a situação em que se encontra esse povo. 80% do povo está em grande desemprego, a maioria não tem como, não consegue fazer duas refeições, eu não tenho coragem de votar contra o seu Governo de 6 meses. Vou contribuir consigo. Em 6 meses é impossível. Eu não vou destruir um governo de 6 meses! Mesmo que me deem um avião hoje, eu não faço isso. Eu quero o bem-estar do meu povo.

*Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.*

O que está faltar a todos os partidos políticos e à sociedade política é visão política. Se nós tivermos visão política, em 2030, nós poderemos deixar este país com 50% da nossa economia. Hoje, nós queremos vida fácil, queremos destruir um governo de 6 meses. É pecado meus senhores! O salário dos 6 meses que até agora o senhor está a cumprir, o senhor não tem nenhum compromisso com os bancos.

Eu agradeço, mais uma vez, pela sua competência e quero dizer-lhe que, no seu Governo, o que é que o senhor vai pensar é que o Governo não pode ser o maior empregador. O Governo tem que investir na classe média e na classe produtora, para darmos emprego às pessoas.

Pela nossa quantidade, se quisermos levar este país a cabo, cada pessoa, só com três ou cinco trabalhadores, podemos ajudar o Governo. Nós temos que ter postura e visão política, para podermos acompanhar este país. O País está no bom caminho. O que falta é a visão de todos são-tomenses. Todos os partidos políticos, desde o primeiro trabalhador, que é o Presidente da República, até a sociedade civil precisa de visão política, para levarmos a cabo o nosso país.

Sr. Primeiro-Ministro, agradeço o Governo e que continue com coragem. Ninguém trabalha sem confiança. Pegar numa média empresa, tenho que ter segurança. Sr. Primeiro-Ministro, eu quero dizer-lhe que para o Estado dar-me uma média empresa, eu tenho que ter os documentos comprovativos. Se não, não pego. Então, o senhor quer um documento comprovativo da Assembleia Nacional, para seguir o seu

trabalho. Então, é mesmo isso. Senhor não pode trabalhar com incerteza. Tem que trabalhar com certeza. O seu Governo, para mim, está a caminhar paulatinamente, dentro da nossa pobreza.

Eu só posso votar contra, se aparecer um primeiro-ministro que faça milagres em São Tomé e Príncipe, porque quero o bem-estar do povo. Como não há no mundo, eu continuo com a sua política.

*Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.*

O Sr. Presidente:— Tem a palavra o Sr. Deputado Esmaiel Espírito Santo.

O Sr. **Esmaiel Espírito Santo** (ADI): — Sr. Presidente, eu trago aqui três preocupações. Na semana passada, assisti muito atentamente o Sr. Ministro das Obras Públicas fazer um balanço, dizendo que pagou as obras paradas. Sobretudo nos Distritos de Água Grande e Lobata, vi 40 ou 50 estrada a serem reactivadas, felicito o Governo nesse campo. Não sei se o Governo está despreocupado ou se esqueceu que Cantagalo também tem estradas esburacadas. Nós temos a estrada de Quimpo intransitável, temos a estrada de Micondó parada, temos a estrada de Nova Olinda e de Claudino Farro, sobretudo, um local de grande importância agrícola para o País, que o Governo deixou lá à sua sorte. Eu não vejo o Sr. Ministro das Obras Públicas, que fez um discurso bonito, que 40 a 50 estradas vão ser retomadas, não sei se foram pagas na verdade, como ele disse.

Sr. Ministro da Saúde, eu também quero levantar uma preocupação que é bastante lamentável. Não sei, os pacientes que têm ido a certos hospitais têm trazido uma preocupação. Dizem que não vale a pena voltarem aos hospitais, melhor irem às clínicas. Nas clínicas podem-se pagar um tratamento que sai bem. Hoje, não se sente confortos nos hospitais.

No hospital trata-se o paciente e todas as receitas são acumuladas, não sei o que é que o Governo quer fazer com isso. Acumulam as receitas para quando o paciente tiver que sair do hospital. Se não pagar, não sai. «Querem é o seu marido, para vir pagar. Quem é a sua mãe ou seu filho, para vir pagar». Não pode, pá! Nós ainda estamos a pôr mais fardo na vida do povo.

Sr. Primeiro-Ministro, confesso-lhe que o seu Governo deve mudar de estratégia. A situação das pessoas que já têm baixa-renda, nos hospitais, é calamitosa.

Eu quero aqui também apelar no sentido de o Governo ter mais responsabilidade. Todas as pessoas têm estado a reclamar isso. Quadros superiores que vêm de formação superior e outros com 30 anos de carreira nos serviços recebem três mil e pouco, com filhos lá fora a estudar. O Governo não tem uma política de salário? O Governo não tem uma política de aumento salarial? O Governo não pensa no bem daqueles que fizeram formação superior? Eu acredito que, com a minha contribuição, o Governo devia até, se calhar, meter um orçamento rectificativo, porque as pessoas estão a passar muito mal.

Sr. Presidente, penso que o Primeiro-Ministro e Ministro da Saúde devem levar as minhas contribuições, se quiser levar, se é que o Governo quer melhorar mesmo as coisas.

Muito obrigado.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Raul Cardoso.

O Sr. **Raúl Cardoso** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados: Eu tomo a palavra, porque às vezes se quer que um governo de 6 meses faça milagres neste país. Eu acho que se pensa que 6 meses são suficientes. Vir aqui falar de aumento salarial?! Pedir isto em 6 meses deste Governo?! Meus senhores, em 4 anos, o que é que fizeram, para se aumentar os salários? Fizeram o quê? Meus senhores, deixemos de brincar! Nós temos responsabilidades! Nós somos representantes do povo, mas não podemos estar a divertir o povo. Temos que parar com a diversão! Vir aqui, por exemplo, Sr. Deputado Abnildo, foi o senhor que trouxe aqui a questão do Banco Central, da nova administração, que o Presidente não reconhece. Meus senhores, paremos com essa brincadeira!

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — É brincadeira?

O Sr. **Raúl Cardoso** (MLSTP/PSD): — É brincadeira de muito mau gosto! Porquê? Na última declaração política do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, dissemos claramente que continuar a insistir nesta questão da nomeação de novo governador é querer que tudo fique como estava. Meus senhores, como é possível? Tanta coisa que se passou no Banco Central, graças à nova administração, se desmontou aquilo que estava no Tribunal Constitucional.

*Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.*

Hoje vir falar disto! Queriam o quê? Que se escondesse a distribuição de dinheiro que se fez no Banco Central? Queriam que se continuasse a esconder as falcatruas, as anomalias com a produção das novas notas do País? É isto que queriam? Vocês estão a ver como é que a nova administração decide retirar as notas de 200 dobras da circulação, porquê meus senhores?

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — É truque.

O Sr. **Raúl Cardoso** (MLSTP/PSD): — Truque, não. Não é truque. Os senhores sabem que não é truque. 200 dobras vinham de Portugal. Meus senhores, vocês estão a brincar! Havia casa de câmbio em Portugal, meus senhores! Deixemos de brincadeiras! Nós temos que dar ao povo uma melhor prestação, enquanto seus representantes, e não continuar aqui a fazer de conta, que tudo estava um mar-de-rosas e este Governo é que veio complicar tudo.

Sr. Primeiro-Ministro, continue nesta senda, continue neste caminho. Para tudo que é luta contra a corrupção, contem comigo. A corrupção é para combater, sim, neste país. A corrupção é o flagelo deste povo. A corrupção está a levar o nosso país a uma situação de indigência, meus senhores! Como é que vou aceitar estar a viver num país com tanta pobreza, tanta miséria e ver gente com vida de luxo?

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — É verdade.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — Bandidos.

O Sr. **Raúl Cardoso** (MLSTP/PSD): — Eu vou aceitar viver num país assim? E os senhores vêm aqui divertir o povo! Vamos deixar de brincadeiras!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Eu gostaria de, aqui deste púlpito, pedir desculpas a alguns familiares meus e amigos que me aconselharam a não usar da palavra, depois de tudo que vem acontecendo em relação à minha pessoa enquanto político, enquanto dirigente e enquanto Deputado. Mas o sentido patriótico não me permite calar, neste momento. Por isso, as minhas desculpas a esses familiares e poucos amigos que tenho.

Eu aqui não vou ler um texto extenso, para falar sobre o País e sobre os problemas que afectam os sãotomenses. Em 9 anos como Deputado, nunca li um texto que os outros escreveram para mim. Tudo que li, foi escrito por mim. Tudo que eu aqui disse, saiu de mim.

Estão a tentar de tudo para me calar, para me aniquilar politicamente, como vergonhosamente vêm com a dita expulsão, querendo caçar o meu mandato enquanto Deputado, mas eis-me aqui. Eis-me aqui de pé, vivo, a falar e a representar o povo que me elegeu e dar a minha contribuição para o meu país e para a minha população.

Como já havia dito aqui também, Sr. Primeiro-Ministro, caros membros de Governo, eu, Levy Nazaré, estou disponível para os grandes desígnios nacional. Estou disponível para dar a minha contribuição, patrieticamente, para as causas de todos nós, aquilo que realmente diz respeito ao povo de São Tomé e Príncipe, de que eu faço parte. Mas não contem mais comigo para interesses inconfessados, obscuros, pessoais, de pessoas que só pensam em si, não como patriotas e como nacionalistas...

*Uma voz do MLSTP/PSD:* — Estrangeiro.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — ...que usam a pátria para se enriquecerem.

*Aplausos do MLSTP/PSD e PCD/MDFM-UDD.*

Também eu já havia dito aqui que não contem comigo para a política de ódio, a política de vingança, de parte a parte, a política de rancor, porque isso só está a destruir São Tomé e Príncipe.

*Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.*

Está a levar-nos todos para um caminho perigoso, e que ninguém aqui pense que está livre disso. Nem do ADI, nem do MLSTP/PSD, nem do PCD, nem do CODO, nem do outro partido qualquer, desculpem dizer, ninguém está fora do perigo, em que estamos a levar o nosso país. Durante os anos da política, perdi alguns amigos, e poucos, por causa da política. Estou a tentar recuperar alguns, mas há algo que fica, que não é fácil. Às vezes cumprimentamo-nos institucionalmente, por educação, mas há algo que fica lá, por causa da política. Eu tenho um exemplo de alguém com quem eu convivia. A minha esposa e a minha filha mais nova conviviam com os filhos dessa pessoa, frequentávamos as nossas casas, mas hoje ficamos apenas numa relação institucional. Eu não quero mais perder os poucos que ficaram. Por isso, não vou entrar mais neste tipo de política.

De toda a minha vida política, só há uma passagem, um momento, um acto que se fosse hoje eu não voltaria a fazer. Quero dizer com isso que eu não me arrependo de tudo que fiz, porque acreditei. Fiz porque achava que estava a fazer por São Tomé e Príncipe, mas há um acto, este sim, se fosse hoje, não voltaria a fazê-lo. Um dia, quando deixar a vida política, porque não penso fazer disso uma profissão até a velhice, vou talvez dizer qual é este acto que eu me arrependo de ter feito, porque não numa biografia que poderei escrever amanhã.

Muitos aqui falam de democracia, que São Tomé e Príncipe é um Estado de Direito Democrático, mas mostram exactamente o contrário, mostram a falta de maturidade democrática. Porquê? O contexto, o

momento político, e querendo comparar o incomparável, em 2012, o governo do ADI foi derrubado aqui na Casa Parlamentar, numa engenhoca que eu até hoje continuo a dizer que foi ilegal e constitucional. Nós não perdemos o poder através da urna, pela escolha popular. Não! Hoje, a situação é completamente diferente. O contexto é completamente diferente.

Aqueles que querem fazer aquilo que eu fiz no passado estão completamente descontextualizados e não estão a perceber o País em que nós vivemos e em que nós estamos.

Eu liderei megas-manifestações em São Tomé e Príncipe, sem um tostão para dar às pessoas que foram para a manifestação, porque o povo de ontem não é mais o povo de hoje.

*Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.*

Essa é a frase que eu sempre disse e vou continuar a dizer aqui. O povo de 2012 não é mais o povo de 2014. Querem experimentar? Mandam-me marcar uma manifestação e vão perceber isso. Quando eu disse que nós temos que ser democratas, é porque o povo decidiu democraticamente na urna os resultados dessas eleições de 7 de Outubro, e temos que respeitar o povo. A democracia é respeito pela vontade popular. O ADI tinha 33 deputados, ganhou as eleições, mas perdeu a maioria absoluta de 33 deputados. Então, temos que respeitar essa vontade do povo.

O MLSTP/PSD não ganhou as eleições. Se o povo quisesse que o MLSTP/PSD governasse com maioria, teria dado ao MLSTP/PSD a maioria absoluta. O povo disse não à maioria absoluta do MLSTP/PSD. Temos que respeitar essa vontade popular. A Coligação conseguiu 5 Deputados e temos que respeitar essa vontade. O Movimento Caué conseguiu 2 Deputados e temos que respeitar essa mesma vontade popular. O que é que eu quero dizer com isso? Para aqueles que não entendem daquilo que é a democracia e a vontade do povo, o povo disse «meus senhores políticos de São Tomé e Príncipe, vocês têm que se entender. Vocês têm que sentar à mesa e conversar sobre aquilo que querem para o País e para o povo». Isso não significa que eu tenho que abdicar dos meus princípios, dos meus valores, das minhas estratégias e das minhas convicções políticas. Isso não significa que toda gente agora tem que ser do ADI, toda gente tem que ser do MLSTP/PSD, toda gente tem que ser do PCD. Não é isso que eu quero dizer. Mas para os grandes assuntos que dizem respeito ao povo que votou, nós temos que nos sentar à mesa.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Olha o tempo, Sr. Deputado.

O Sr. **Felisberto Afonso** (ADI): — Vocês não conhecem Levy mais?

*Risos e aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.*

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Meus caros, vamos respeitar esse povo e respeitar aquilo que o povo quis para São Tomé e Príncipe.

Sr. Primeiro-Ministro, quer o poder quer a oposição são as duas forças, os dois pilares para o desenvolvimento do País. Aquilo que dizia na legislatura passada, por uma questão de coerência, volto a dizer também nesta Legislatura: uma oposição fraca enfraquece a democracia. O senhor às vezes dá baile, porque a oposição está como está.

*Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.*

O Sr. Primeiro-Ministro e o seu elenco precisam de uma oposição forte, mas não é agora, em 6 meses, porque as pessoas falam de 6 meses de tomada de posse e de exercício, mas são 2 meses e pouco com o instrumento fundamental que é o Orçamento Geral do Estado. Por isso, eu sei, todo o mundo aqui sabe e toda a população sabe que, no momento da votação, o seu Governo vai ter confiança. Tem maioria parlamentar. Não vamos aqui esconder. Medo de quê? Quando chegar à votação, vão passar com maioria, porque o Governo ainda tem o benefício da dúvida, mas esse benefício da dúvida não vai continuar por muito mais tempo, Sr. Primeiro-Ministro, a não ser que o único partido da oposição queira deixá-lo assim, porque é o único partido que está na oposição. O único da oposição e o único que é oposição é o ADI. Enquanto Deputado da oposição, Sr. Primeiro-Ministro...

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Veja o tempo, Sr. Deputado Levy.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Eu volto a dizer que é uma questão de legitimidade. Às vezes, quem usa a palavra tem que ser uma pessoa que tem legitimidade para exigir alguma coisa. Meu companheiro e colega de partido, o Deputado que não tem legitimidade para me falar do tempo, quando uso da palavra é o senhor, na minha bancada.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Muito bem.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Uma das coisas que o Governo está de parabéns é a questão do GIME. Foi muito bom ouvir que as famílias que vivem disso retomaram o seu trabalho, porque é muita gente que vive

disso. Crianças precisam de ir para a escola. É um salário pouco, magro, mas é um salário para muitas famílias e, por isso, o Governo está de parabéns ao reintroduzir a questão do GIME e, pelo menos, pagou, avançou alguns salários que estavam em atraso. Mas o governo anterior também fez muito pelo GIME. Pagou muito, mas chegou a um momento, pelas dificuldades do momento, que não conseguiu honrar.

Já que falam da continuidade de governo, está a continuar bem a questão do GIME.

Quanto à questão do PAM, senhor deslocou-se há pouco tempo. As nossas crianças precisam de se alimentar bem. São o futuro do País. Desde criança que ouço falar de motor da revolução. Já não é revolução, mas o futuro do País. Então, tudo que nós conseguirmos fazer para dar uma alimentação escolar saudável, é bom. Tudo que o Governo poder fazer nesse aspecto, Sra. Ministra da Educação, faça, porque há crianças que só comem aquela comida lá na escola. Em casa, não pertencem àquele maravilho mundo das três refeições, que muito de nós aqui não sabemos o que é, porque os nossos filhos têm as três refeições. Em muitas famílias, os filhos não têm três refeições em casa.

*Aplausos do MLSTP/PSD, do PCD/MDFM-UDD e dos Deputados Arlindo Ramos e Ekneide Santos, do ADI.*

O Sr. Levy Nazaré (ADI): — Por isso, Sra. Ministra, continue trabalhando quanto à questão de alimentar as nossas crianças que não têm condições.

Sr. Primeiro-Ministro, quanto à questão de transparência, continue assim, transparentemente, a governar, para a oposição saber o que é que o senhor está a fazer, toda a população e a comunidade internacional saberem aquilo que está a fazer na sua governação.

A questão dos salários também. Agradeço, porque o Estado é o maior empregador em São Tomé e Príncipe. Logo, conseguindo pagar os salários sem recorrer a créditos com os juros que eles aplicam, já é em si algo de bom que o seu Governo conseguiu nesses meses, espero que consiga até final do ano e até onde durar o seu Governo. Seja 4 anos ou, se for antes, paciência.

Agora Sr. Primeiro-Ministro, é preciso também dizer outra coisa, não só coisas boas. Com a sua permissão, e estou aqui para contribuir, o texto que apresenta para esta discussão diz «aposta no progresso e crescimento real da economia e aprofundamento da unidade nacional do Estado de Direito Democrático e coesão». Depois, um pouco mais abaixo diz, e isto é importante «com um sector privado nacional à beira da falência». É escrito por si. Não pode escrever isto e na prática ter uma actuação sobre as empresas que ainda as vai aniquilar. O que eu quero dizer com isso é que nós devemos proteger os poucos empresários que nós temos, saber a situação dessas mesmas empresas e não ficar focado apenas na parte contributiva das mesmas, a parte dos impostos. Se não, o senhor está a aniquilar o pouco que está ainda no sector formal, porque 70 a 80% da nossa economia é comandado pelo sector informal. Lá nada acontece. Uma pessoa que tem um restaurante aqui, imposto e tal, está formalizado. Vão para o Parque Popular, para Pantufo, para Micoló. Facturam muito dinheiro, mas não entra no sistema económico. Não há nada, é sector informal. Essas pessoas que têm restaurante e que têm 10 empregados, pagam impostos, pagam a segurança social, contribuem, é que ainda são carregadas. Porquê? Porque se quer dinheiro para pagar os salários. Muita atenção com isso! O que se tem que fazer é alargar a base tributária, trazer o sector informal para o sector formal e, acima de tudo, Sr. Primeiro-Ministro, criar pequenos negócios. Não é o Governo que vai criar, mas fomenta a criação de pequenas e médias empresas, o empreendedorismo jovem, o Sr. Ministro da Juventude não está aqui, mas não aquele empreendedorismo jovem de pegar uns dólares e dar, dar e dar algumas pessoas. Não é isso que é empreendedorismo. Não é focar nalguns jovens que não têm capacidade de gestão, que não percebem o que é gerir, pegam no dinheiro e vão comprar moto, fazer isso e aquilo, mas criar pequenos negócios. É aqui onde o Estado tem que diminuir a taxa de desemprego que assola o País.

Sr. Primeiro-Ministro, eu não posso terminar sem falar da saúde. Sem falar da saúde não posso. Eu participo em muitos fóruns. Eu presidi há pouco tempo dois fóruns sobre a saúde aqui na Assembleia. Se há algo que ninguém tem o direito de tudo fazer para travar, é o paludismo. E não é só questão de novos remédios, novos insecticidas, Sr. Primeiro-Ministro. É questão de saber a origem, o foco da doença e combatê-lo. Saneamento do meio. Os buracos provocados pela extração de areia. O Sr. Ministro meu vizinho está aqui ao meu lado, vivemos no mesmo beco. Sr. Primeiro-Ministro, passe lá! Peça um dia ao seu assessor e o motorista, vá para Saton ver a desgraça que lá está. O Governo está de facto a assumir a questão? Não pode ser só o Sr. Ministro da Saúde a dizer que o paludismo está mal, não pode ser apenas um discurso, temos que combater. Quando presidi ao acto, disse que é uma questão de autoridade de Estado e, nesse momento, os senhores é que são Governo e têm que ter autoridade, mando. Isso não é ditadura! Por causa do paludismo, muita gente morreu, eu sou sobrevivente, como muitos aqui, de certeza somos.

Quanto à questão de emprego, já disse o que se tem que fazer com pequenas e médias empresas, a fomentação do emprego jovem, para debelar essas questões.

Para terminar, de facto tomei muito tempo e peço desculpas aos meus companheiros de Bancada, assisti a duas entrevistas dos membros do seu Governo. Critica-se sempre a questão de se lançar a primeira pedra e muitas dessas não chegam ao fim, morrem lançadas, ficam lá a sol e chuva. Agora está-se a criar um outro tipo de governação que é anunciar o lançamento da primeira pedra. Eu não quero isso, Sr. Primeiro-Ministro! Não faça isso! Não anuncie que vai lançar a primeira pedra de não se o quê, vai lançar

não sei o quê lá da estrada! Não faça isso! Faça! Digam o que quiserem dizer, mas uma coisa que não podem tirar mérito ao XVI Governo é o fazer. E fez. Anda-se por este país, fez-se. Podemos ter falhado na forma, na actuação de governar, mas também o resultado explicou, não é Levy que está a dizer. O resultado explicou! Se não, nós teríamos maioria absoluta, povo nos teria dado a maioria absoluta. Se nós falharmos na parte da forma de fazer, não falharmos tanto assim na execução, no fazer. Por isso é que eu disse que o seu Governo ainda tem o benefício da dúvida.

Também, para terminar, porque o Orçamento foi aprovado num momento que seria muito difícil, não só para si, mas para qualquer governo, ir buscar financiamento, porque todas as instituições bilaterais e multilaterais também têm o seu orçamento, que é aprovado num determinado momento. Logo, qualquer apoio que pretendemos buscar será só para próximo ano. Por isso, no próximo orçamento é que eu quero ver de facto aquilo que o seu Governo é capaz de executar, para o bem de São Tomé e Príncipe. É isso que espero, o próximo orçamento, o que vai fazer com o próximo orçamento, porque já terá tempo suficiente. Sr. Primeiro-Ministro, lá eu, Levy Nazaré, independentemente do problema interno do meu partido, estarei aqui para lhe fazer oposição.

*Aplausos do MLSTP/PSD, do PCD/MDFM/UDD e dos Deputados Arlindo Ramos e Ekneide Santos, do ADI.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Correia.

O Sr. Carlos Correia (ADI): — Sr. Primeiro-Ministro, já que o senhor apresentou uma moção de confiança e já que se fala da transparência, eu gostaria de saber se senhor sabe que o bloco 2 de petróleo foi adjudicado unilateralmente, repito, sozinho, unilateralmente, pelo Sr. Ministro das Obras Públicas e Infraestruturas. O senhor sabe disto? Caso o senhor não saiba, pergunto-lhe ou exijo-lhe a acta dessa reunião. Quais são as empresas que têm direito nessa adjudicação? Quais são os interesses do País? Os interesses foram salvaguardados em quantos por centos?

Termino por aqui a minha questão, mas voltarei para dar mais subsídios quando o senhor responder.

Sra. Ministra da Justiça e Sr. Ministro da Administração Interna, um cidadão ligou-me há bocado, dizendo que um familiar seu foi preso ilegalmente. Está neste momento no Ministério Público, porque as autoridades policiais espancaram-lhe Sexta, Sábado e Domingo e só ontem é que ele conseguiu safar-se. Por causa de quê? Por causa de uma moto sua que foi roubada por outrem. Houve um mal-entendido e o cidadão está a sofrer por causa disso. Ele tinha uma motorizada que perdeu, roubaram, e há qualquer coisa que não percebi muito bem, mas sei que ele recuperou a moto e as pessoas estão a dizer que ele é que roubou, e estão a dar-lhe porrada, desnecessariamente.

Daí, é mais um desafio para Vossas Excelências, Sra. Ministra da Justiça e Sr. Ministro da Defesa e Ordem Interna. A violência está a aumentar e os senhores estão a pensar que é brincadeira.

Falando também das notas de 200 dobras, que eu ouvi aqui falar, queria dizer que o ADI é um partido que apresenta sempre inovações. Quando se fala de notas de 200 dobras, de legalidade e não sei quê, é uma questão de ciúmes, gente! É ciúmes.

**Uma Voz do MLST/PSD:** — Hem!? Como é que é?

O Sr. Carlos Correia (ADI): — No meu entender, com o pouco que entendo da nossa gente, é ciúmes. Porquê? Porque o ADI é que inovou, o ADI é que introduziu essas notas. Não pode ser ADI! Temos que retirá-las para irmos inventar notas de 300 dobras. Nisto ninguém mais me engana! Está tudo dito! É ciúmes! Falta de capacidade de inovar. O ADI inovou, a população teve as notas novas, teve as notas de 200 dobras, e agora estão a inventar que há ilegalidade, para tirarem as notas e introduzir 300 dobras, com corrupção. Quem não sabe é só quem não viveu neste país.

Por falta de tempo, termino aqui a minha intervenção.

Sr. Primeiro-Ministro, fico a aguardar a sua resposta, poder voltar cá.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado José António.

O Sr. José António Miguel (ADI): — É só para dizer que me custou compreender por que é que o Governo de facto introduziu na Assembleia uma moção de confiança. É um bocado difícil entender isso.

Acho que o grupo parlamentar que apoia o Governo, neste caso, e o Governo, introduziram esta moção de confiança realmente num clima de pura desconfiança. Da para se assistir de facto a um clima de desconfiança, e isto é grave para uma governação. Porque, reparam bem, nós temos que transmitir aos nossos parceiros confiança, credibilidade, estabilidade, mas o que dá para se verificar é um clima de desconfiança, de incerteza, de instabilidade governativa, que se pode repercutir no País e trazer-nos problemas graves.

O Sr. Primeiro-Ministro mentiu, vou dizer, mentiu...

O Sr. Guilherme Octaviano (MLSTP/PSD): — Isso é educação?

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Você é professor mesmo? O que é que ensina ao aluno na turma?

A Sra. **Filomena Monteiro** (MLSTP/PSD): — Falta de respeito!

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Diga, o senhor faltou com a verdade.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — ... mentiu, quando fez referência ao bom relacionamento que existe entre o Governo e os outros órgãos de soberania.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, diga que faltou com a verdade, não diga que é mentiroso.

*Murmúrios gerais.*

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Está bom, está bom. Vou responder, não respondendo. Se é uma questão de conforto, ok, não há problema, faltou com a verdade. É mais confortável, de facto.

Continuando a minha intervenção, o que eu dizia é que de facto o Governo faltou com a verdade, porque o meu Líder apontou aqui algumas questões que têm que ver com o mau relacionamento que existe entre o Primeiro-Ministro e o Presidente da República. Esse mau relacionamento é claro e só não vê quem não quer ou quem não quiser ver.

Há outra questão que eu gostaria de levantar. Passando algum tempo de facto compreendi que, tendo em atenção questões como o aumento do desemprego e o aumento da criminalidade que se verifica em São Tomé e Príncipe, o Governo não tem outra alternativa, se não medir o pulso e voltar aqui para pedir um voto de confiança, mas, infelizmente, num clima de muita desconfiança. Acho que não é confortável, para um país que vive de ajuda externa, saberem que os nossos parceiros bilaterais e multilaterais sentem que não há credibilidade, não há estabilidade. O Sr. Primeiro-Ministro não se sente seguro. É isto que está mais visível. Mas se não se sente seguro, pode pedir uma moção de confiança, que está no seu direito!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira, para uma intervenção.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, comprehendo o alcance da intervenção do meu colega Deputado José António Miguel. De facto não podemos dizer que o Sr. Primeiro-Ministro mente nem que mentiu, mas o facto é que há factos, e as verdades falam por si.

Falamos aqui sobre a justiça e elencamos um conjunto de situações que não estão bem. Paralelamente à justiça, o que enferma a nossa sociedade, temos que admitir que há um outro sector extremamente importante que é a Saúde. Temos conhecimento de que faltam medicamentos, sobretudo para os nossos doentes que padecem de perturbações psicológicas. Assisti, estive no hospital, não sei se isso já foi resolvido. Mas há uma questão fundamental. Falamos do turismo e não se pode desenvolver o turismo sem a garantia efectiva de saúde. Para quando, Sr. Primeiro-Ministro, o nosso hospital de referência? Existia um projecto, através do fundo do Koweit, os tais propalados 17 milhões de dólares e, ao invés de o Governo trabalhar...

O Sr. **António Quintas** (ADI): — Xiê!

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — ... desbloquear o dinheiro e iniciar a obra, para pôr à disposição do povo um hospital, está nas acusações, sentado na cadeira a perguntar onde é que está o paradeiro do dinheiro.

*Murmúrios do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.*

Este sim é um assunto que todos devemos debater.

Sr. Primeiro-Ministro, o senhor precisa de viajar! Vir dizer que ficar em São Tomé resolve todos os problemas, não é verdade. O senhor tem o direito, em representação do povo, de ir ao Koweit desbloquear o dinheiro, porque o dinheiro existe. Inicie a obra do hospital de São Tomé e Príncipe, para todo os santomenses, para o povo e para desenvolvêrmos o nosso turismo, que tanto precisamos!

Sr. Primeiro-Ministro, nesta minha alocação, com alguma emoção, quero dizer-lhe que a moção de confiança vai passar...

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Ah, já sabe?

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — ... fique à vontade, mas a responsabilidade de o senhor sair daqui com a garantia de que de facto tem uma coligação coesa, a responsabilidade do disfuncionamento, ou da desgovernação do País, como assim se pode considerar, não é nossa, é dos Deputados, que têm a consciência de que a situação não está mal, mas mesmo assim vão dar carta-branca ao senhor!

O Sr. **Maiquel Santos** (MLSTP/PSD): — Ah, não está mal!

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Não está mal? Foi isso que disse?

*Murmúrios e risos gerais.*

Não está bem!

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — É a primeira vez que falou assim!

*Murmúrios gerais.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Celmira Sacramento, para uma intervenção.

A Sra. **Celmira Sacramento** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e seu elenco, Sras. e Srs. Deputados: Sr. Primeiro-Ministro, não venho cá apoiar a sua moção de confiança, porque nem o podia fazer, mas venho cá em nome de uma deputada, que foi eleita pelo povo, que tem a obrigação e o dever de defender o povo, para reflectir à volta da questão da saúde, que enferma a todos nós.

Ora vejamos: todos não estamos livres de irmos parar a um centro de saúde, a qualquer momento. Tendo um *piripaque*, uma queda de pressão, ou qualquer problema de saúde, recorremos a um centro hospitalar. Embora possamos fazê-lo numa clínica, há momentos que tem que ser num centro hospitalar. Chegando aí, não há uma máquina para medir a diabetes e, muitas vezes, o técnico de Saúde ou um enfermeiro é que tem uma máquina sua, que retira da sua algibeira e disponibiliza para medir a diabetes, e a pessoa tem que pagar o valor que eles pedem. É só para ver esta questão, que é mímina.

Temos aqui o Sr. Ministro da Saúde, pode tentar ver junto aos seus a aquisição de máquinas para medir diabetes, se faz favor, porque é uma questão que vemos de ânimo leve, mas é muito preocupante. Alguém que não sabe que é diabético, tem um problema qualquer, chega aí, é-lhe injectado um soro e, na hora, estão a matar-lhe, porque o próprio centro não tem uma máquina para medir a diabetes.

A outra questão é o problema que se prende com os doentes de junta médica. É lamentável, isto não está bem e não sei o que o Governo pode fazer junto aos seus parceiros. Temos na Sala um deputado que é ou vai ser futuro embaixador, leve isso como uma preocupação sua, no primeiro passo da sua agenda, para tentar ver esta questão com os parceiros, com organizações não-governamentais, porque o problema não passa por mandar, escoar, ou exportar doentes. O problema é quando eles chegam lá!

Acompanhei no Facebook, ultimamente, dois jovens que defendem as pessoas, são solidários, estão a fazer uma campanha de recolha de apoios para uma senhora, que está num estado lamentável de saúde. O problema não passa por lhe dar ajuda financeira. O problema é mantê-la em Portugal. Os doentes em Portugal estão numa situação lastimável e só quem vive isso de perto consegue sentir na pele o que passa com essa gente. Tenho um caso de uma pessoa muito próxima a mim, teve junta médica, não fui acompanhante, porque tinha uma viagem, mas também acompanhei, a pessoa foi vista e tratada, regressou a São Tomé, mas nunca lhe saiu um subsídio para pagar o passe. Depois de ter altas, não se conseguiu, a tempo oportuno, porque queria regressar ao seu país, emitir-lhe um bilhete de passagem. Manter uma pessoa em Portugal, sem subsídio nenhum, sem nenhuma ajuda, é terrível! Portugal não é São Tomé e Príncipe, minha gente! Primeiro, para localizar o hospital, a pessoa que lhe vai acompanhar, os custos todos que deve fazer, inclusive também as consultas e os exames, quando não consegue, pela nossa embaixada, algum valor para ajudar, porque já vai numa situação de quem não tem meios.

Então, lhe peço, muito encarecidamente, senhor futuro embaixador em Portugal...

*Murmúrios gerais.*

... se conseguir ver alguma instituição por lá que consiga albergar os doentes, pelo menos durante o tempo do tratamento. Caso não, está muito difícil, é muito complicada a vida dos doentes em Portugal.

Já que estamos com a «mão na massa», já que está cá a Sra. Ministra da Justiça, falamos aqui da criminalidade, de crimes, de corrupção, mas, Sra. Ministra, há uma questão de novas formas de criminalidade que tem atingido a todos. Uma mãe, uma senhora sai de casa, grávida de 9 meses e volta para a casa, dizendo que o seu filho faleceu, quando não se vê o cadáver!? O quê que se vai fazer à volta disso?

Um cidadão oferece apoio para empurrar uma carinha – não sei se é moto-táxi, conduzia uma moto – leva a carinha e não volta!?

Uma mãe a tentar conseguir meios para dar um pão nosso de cada dia aos seus filhos, um motoqueiro desvia o seu cesto de peixe, leva e vai fazer a sua revenda!?

O Sr. **Carlos Pinheiro** (ADI): — Não está a aumentar!?

A Sra. **Celmira Sacramento** (ADI): — Não está a aumentar?

Combate à corrupção sim, mas também vamos ver o que fazer para minimizar essas questões que têm vindo a aumentar.

Em São Tomé, eu nem nunca tinha ouvido que as pessoas batem nas outras para lhes retirarem telefones, malas. Isto está a aumentar. São coisas mínimas, Sra. Ministra, que antes de vermos as questões de fundo devemos atender, porque brigam com a vida e o bem-estar dos cidadãos, a integridade física, a integridade patrimonial de cada um.

*Aplausos do ADI.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Danilson Cotú, para uma intervenção.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, na verdade, por alguém que interveio aqui, senti-me um bocado esvaziado, em termos de conteúdo desta intervenção, mas não poderia deixar de cá vir.

Primeiro, tem-se que admitir que a diferença faz-se com pequenos gestos e tem que começar por aí. Sabem que tenho um lado muito forte da docência e, entrava na universidade Lusíadas, fui chamado por um grupo de alunos, que me saudaram e, claro, também o Governo, pela diferença que fez. Diziam eles que, enquanto o anterior governo cortou as bolsas internas para 25, 30%, este governo, no seu primeiro acto, deu 100% de bolsa interna. Essa é clara aposta na formação dos jovens, isto faz a diferença sim, porque aconselha os jovens a continuarem o seu percurso académico.

*Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.*

Estamos a pensar no futuro do País. Não poderia deixar de citar isto aqui, Sr. Primeiro-Ministro, e desafiá-lo a continuar nesta senda, porque é assim que o nosso país vai desenvolver-se. Tenhamos os recursos naturais que venhamos a ter, se não tivermos pessoas capazes e habilitadas para trabalhar neste sentido, o País não avançará. O seu Governo está dando sinais de que apostou na pessoa, isto é bom, estão de parabéns.

É verdade e temos que admitir, porque somos todos são-tomenses, pelo menos acho que todos os Deputados circulam por este país, que nem tudo vai bem. Também seria impossível, nesse curto espaço de tempo, almejarmos, ou cogitarmos a possibilidade – melhor dizendo – de ter tudo bem, de repente.

Na plenária passada, lembrei-me de uma senhora, com quem conversei e vou voltar a citá-la: «*loça mali tlabadu ca da matxi limpá*». Temos que aceitar isso. Quando o Sr. Primeiro-Ministro veio aqui a Assembleia Nacional e fez o seu balanço dos 100 dias da governação, mostrou-nos claramente em que situação recebeu a casa. Neste espeço de tempo, sim, tem que dar uma atenção, para colocar as coisas no seu devido lugar, para que o País possa começar a avançar, e está a fazê-lo muito bem. Mas não se distraia, Sr. Primeiro-Ministro, porque alguns aspectos, que também aqui já foram citados por outros colegas Deputados, clamam por uma atenção particular do seu Governo, e têm que o fazer. Agora, não carregue sozinho o ónus em relação a isto, porquê? Porque o senhor está a fazer o seu trabalho, terá tempo suficiente para a fazer. Terá 4 anos para o fazer e, após isso, o povo vai analisar e julgar.

Quero com isso dizer o quê? Que do lado do Grupo Parlamentar da Coligação, saiba já que vamos dar a si a confiança que pede à Assembleia, e vamos fazê-lo, pensando no povo. Estamos a dar essa confiança ao povo de São Tomé e Príncipe, porque sabemos que o povo precisa de um governo estável, para trabalhar em prol dos seus interesses. Vamos fazer isto! Atenção, se o Sr. Primeiro-Ministro teve a coragem de apresentar esse pedido de confiança à Assembleia, é porque sabe e tem informações de que existem sectores que, imbuídos do espírito de má-fé, querem «fabricar», este é o termo, instabilidade política, para poder distrair o Governo. Do nosso lado, aqui na Assembleia Nacional, não vamos aceitar, porque não vamos viajar nisto. Sempre que houver essa tentativa, vamos denunciar!

O povo de São Tomé e Príncipe precisa de mais 4 anos de estabilidade, para podermos colocar este país no bom porto.

*Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.*

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Levy Nazaré pediu a palavra, mas o seu Grupo Parlamentar já não dispõe de tempo.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Concedemos-lhe 2 minutos.

O Sr. Presidente: — O Governo dá-lhe 2 minutos.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Muito obrigado, Sr. Primeiro-Ministro, por me ter concedido esses 2 minutos do tempo do Governo. Ainda bem que já tivemos experiências como esta, nas legislaturas passadas, em que o ADI deu minutos ao Deputado Felisberto. Para não dizerem que Levy foi comprado, que agora está a colaborar com o poder. Mas são mesmo só 2 minutos e vou tentar ser breve.

Venho para dizer três coisas. Muitas vezes, não prestamos atenção aqui a intervenções do Sr. Deputado Felisberto, pela forma como ele coloca as questões, mas as suas intervenções têm sido de um nacionalista e um patriota, que de facto se preocupa com a questão do País. Sou das pessoas que, quando o Sr. Deputado Felisberto fala, presto muita atenção naquilo que quer dizer, pelo menos vou em busca do conteúdo das suas intervenções e deixo de lado a parte formal.

Tenho recebido mensagens de alguns compatriotas nossos, felicitando-me pela intervenção e perguntando-me por quê não falei no debate sobre a Justiça. É por isso que venho aqui dizer que não intervim no debate sobre a Justiça, exactamente porque posso ter muitos defeitos, mas sou uma pessoa coerente. Não vou ao ponto de dizer que tenho «vergonha na cara», como um deputado que usou da palavra aqui, dizendo «tenham vergonha, meus senhores», mas sou coerente. Pela minha coerência, a minha honestidade intelectual não me permitiu, não estava à vontade para usar da palavra aqui na plenária sobre a questão da Justiça.

Para terminar, podemos ser adversários políticos, mas não somos inimigos políticos!

*Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.*

Daí que desejo ao Sr. Deputado António Quintas sucessos nessa sua missão. Foi a última intervenção sua – não sei, o futuro a Deus pertence, poderá voltar à Casa – mas disse que pelo menos, enquanto estiver nessas funções novas, será a sua última intervenção. Dizê-lo também que desejo sucessos na sua caminhada, nessa nova missão, em nome da pátria, do País.

Dizê-lo mais, não o conhecia como profissional. Já nos conhecíamos há muito tempo, já convivemos até juntos, mas nunca trabalhei consigo. Foi a primeira vez agora, nesse início da legislatura, que somos colegas na 1.ª Comissão e fiquei agradavelmente surpreso com a sua capacidade política e de intervenção, independentemente do partido de que faça parte ou de que posição o senhor estiver. O senhor foi, nestes poucos meses, um grande Deputado e, mais, tudo que têm feito a Mesa e o Presidente da Assembleia, para dignificar e honrar o nome dos Deputados, o senhor está na linha da frente, neste aspecto. O senhor lutou para a dignificação dos Deputados.

*Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.*

O Sr. **Presidente**: — Portanto, o Grupo Parlamentar do ADI já não tem tempo, não temos mais inscritos, significa que estamos a caminhar para o fim.

Gostaria de passar a palavra ao Sr. Primeiro-Ministro, para depois encerrarmos os debates.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Ia pedir a sua indulgência, Sr. Presidente, para que o Ministro da Saúde preste alguns esclarecimentos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Saúde, para prestar esclarecimentos.

O Sr. **Ministro da Saúde** (Edgar Neves): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, caros colegas do Governo, Srs. Depurados, o Sr. Deputado Levy dizia que fica muito atento às intervenções do Sr. Deputado Felisberto. Por natureza, fico atento a todas as intervenções, porque entendo que aprender a ouvir e ter a capacidade de ouvir é muito importante na vida.

Foram feitas referências em relação à saúde, particularmente ao paludismo, às juntas médicas e à situação dos doentes em Portugal e às lacunas no funcionamento do Sistema Nacional de Saúde. Agradeço imenso, por essas intervenções, tive o privilégio de participar no Conselho de Coordenação Multissetorial, aqui na Assembleia, presidida pelo Sr. Deputado Levy Nazaré, e os conselhos, as sugestões e as propostas que ele faz e a visão que tem da luta contra o paludismo é extremamente importante. É a visão sistemática, a visão global que se tem que ter no combate a uma doença de tão alto risco, como é a malária. Ou seja, é um problema transversal, onde todas as forças políticas, todas as forças vivas, a sociedade civil, o poder autárquico, as confissões religiosas, todos temos que estar envolvidos. Podemos ter a responsabilidade de coordenação disto, mas todos temos que estar envolvidos.

Srs. Deputados, Assembleia Nacional, é esta a visão.

O saneamento do meio, a comunicação e a informação para a mudança de comportamentos é todo um conjunto de soluções, mas o grande desafio que temos agora é mais no campo da diplomacia económica. Temos que mobilizar milhões de dólares, ou de euros, para fazermos frente ao paludismo, para nos estruturarmos e termos uma visão à distância. É o que se tem chamado de «guerra». Portanto, não podemos baixar a guarda, em momento algum. Pelo contrário, temos que ter o arsenal pronto, desde os insecticidas, os medicamentos, a comunicação, os larvicidas, tudo, não pode falhar absolutamente nada.

Obrigado Sr. Deputado Levy.

Em relação às juntas médicas, pode haver um caso de algum processo de junta que, tecnicamente, voltou para trás. Aliás, pode haver não, se calhar só um. Na minha mesa, fora dos processos que entraram ontem, não tenho nenhum processo pendente. Tenho um que suponho ser o que a Sra. Deputada Celmira se referiu. É uma questão de ordem técnica, que precisava de uma correcção. Porque eu não homologo por homologar. Leio os processos todos. Mas é algo que se corrige perfeitamente.

O Serviço Nacional de Saúde é algo muito complexo. Está no Programa do Governo o projecto de requalificação do Hospital Ayres de Menezes. Esta primeira etapa, como podem imaginar, é da tal diplomacia, para arranjarmos verdadeiros alicerces financeiros, para desencadear esse processo, e não me estou a referir ao projecto do Koweit.

É verdade, é incontornável, o Governo conhece a situação dos nossos doentes em Portugal. Há momentos difíceis, eu estive muito recentemente lá, e provavelmente lá estarei amanhã. Portanto, eu vou ao encontro ao problema. Por isso, é algo que o Governo encara com muita serenidade e que faz tudo. Provavelmente, quase todos nós temos um parente lá em Portugal, e eu tenho vários em situação que realmente tem que a ver solução. O Governo vai continuar a insertar esforços, no sentido de reduzir o grau de falha e insuficiências no atendimento a esses doentes. Também é verdade que há muitas situações de doentes que já deviam ter regressado. O doente já tem alta hospitalar, mas por sua livre vontade continua lá, quando não tem critérios para lá estar.

A solução dos doentes passa por investimentos aqui na saúde. Como é que nós temos que fazer? Temos é que aumentar a nossa capacidade de diagnóstico e tratamento. Embora haja área de especialidade, que muito dificilmente nós conseguiremos, doentes têm que, necessariamente, sair, que é a doença oncológica. No caso de cancro, não temos recursos nenhum. Podemos diagnosticar algum, mas não temos recursos para fazer planos terapêuticos.

Portanto, uma vez mais, agradeço os Srs. Deputados, pelas sugestões, pelas propostas, e pela manifestação de preocupação que fizeram em relação ao Ministério da Saúde.

Muito obrigado, Sr. Presidente

O Sr. Presidente: — Muito obrigado Sr. Ministro da Saúde.

Não temos mais inscritos, recorremos ao número quatro do artigo 220º do Regimento. Portanto, o debate termina com as intervenções de um Deputado de cada grupo parlamentar e do Primeiro-Ministro, que o encerra.

Solicito os respectivos Grupos Parlamentares que querem usar da palavra.

Interpelação à Mesa?

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Cassandra.

O Sr. Carlos Correia (ADI): — Sr. Presidente, eu sei que o nosso Grupo Parlamentar já não tem tempo, mas eu pus ali uma questão ao Sr. Primeiro-Ministro e gostava de pedir, solicitar, rogar mesmo, que nos desse alguma informação, porque eu tenho outras informações que também gostava de passar.

Embora não tenha tempo, posteriormente poderemos fazê-lo.

Obrigado.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado.

Certamente o Sr. Primeiro-Ministro o fará, quando usar da palavra, no período de encerramento.

Os Srs. Líderes Parlamentares querem usar da prorrogaiva que o artigo lhes confere?

Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar da Coligação PCD/MDFM/UDD, ou quem este delegar.

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Carvalho.

O Sr. Arlindo Carvalho (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Nós vamos aprovar uma moção de confiança, submetida à Assembleia Nacional por Sua Excelência o Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, neste caso, o XVII Governo Constitucional de São Tomé e Príncipe.

Congratular-nos-emos com a decisão de um voto de confiança. Não poderá ser outro, pois os verdadeiros filhos desta terra estão saturados da instabilidade cíclica a que o País foi submetido desde os primórdios da democracia, o que é notório sobretudo quando determinadas figuras políticas já identificadas se encontram fora do poder.

A moção de confiança é um recurso que, na opinião do Grupo Parlamentar da Coligação PCD/MDFM-UDD, reforça a credibilidade e a força moral do Governo, para executar o seu Programa, aprovado aqui na Assembleia Nacional, para uma legislatura de 4 anos.

A Coligação PCD/MDFM-UDD votará a favor da moção de confiança, porque deliberadamente propõe o caminho da paz, da estabilidade governativa e de compromisso abnegado com este país, na busca do bem-estar para este povo, que tanto merece. Acções sem as quais o processo para eliminação da pobreza e a luta pelo relançamento económico estaria em perigo, pois não é justo submetermos o País a um permanente recomeço.

Neste contexto, a coerência deve ser resgatada como parte da seriedade que devemos imprimir a partir desta legislatura.

Nós, a Coligação PCD/MDFM/UDD, temos a plena consciência do estado em que o actual Governo encontrou este país. A situação precária das finanças públicas, as dívidas enormes, internas e externas, os altos índice desemprego, a situação precária do sector privado, alguns dossieres do Estado escondidos, a situação da Justiça, o cenário da grave ameaça aos Estado de Direito Democrático e aos direitos e garantias individuais do cidadão.

Por isso, a Coligação esta ciente dos esforços que estão a ser feitos por este Governo, para encontrar a solução aos problemas que afligem este país e este povo.

Temos acompanhado, com atenção, a conduta política do Governo, no que diz respeito ao desenvolvimento social e económico do País, e estamos cientes das reais possibilidades, em termos de recursos disponíveis, para execução do seu Programa. Nós, a Coligação PCD/MDFM-UDD, alinhamo-nos nesse esforço de estabilidade, como a nossa expressão de compromisso, na busca das soluções, dos ingentes problemas que afligem a nossa população.

Hoje, mais do que nunca, os são-tomenses estão a ser submetidos a uma crescente poluição sensorial, com falsas notícias alimentadas por impaciência de políticos do imaginário.

Ao Sr. Primeiro-Ministro e ao seu Governo, pedimos que mantenham o foco no firme compromisso assumido, para o envolvimento de todos os são-tomenses, na recuperação da imagem do País e na busca do bem-estar para este povo e esta população que bem merece.

Um bem-haja a todos.

Muito obrigado.

*Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.*

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, o Sr. Deputado Arlindo Carvalho.

Passo de mediato a palavra ao Líder Parlamentar do MLSTP/PSD, o Sr. Deputado Amaro Couto.

O Sr. **Amaro Couto** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Sr. Presidente, em nome do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, gostaríamos de renovar a nossa inteira confiança no XVII Governo Constitucional. Fizemo-lo no início desta legislatura e estamos a renová-lo agora, porque a questão nos é colocada, e estamos a renovar o nosso voto de confiança ao governo do Sr. Primeiro-Ministro, Jorge Bom Jesus. Não fazemos isso apenas, porque somos camaradas ou companheiro de luta, mas porque temos a convicção de que o método adoptado é o método que nos poderá levar a saídas mais promissoras.

O senhor tem estado a segurar a sua postura desde o início desta legislatura e tem estado a continuar nessa linha. Atesta-o desde o início, com o Programa do Governo que nós aprovamos aqui. O senhor traçou linhas de seguimento e projectou muitas das acções do seu Orçamento, no respeito dessas linhas do Programa.

O senhor tem-nos dado indicações de que as medidas de investimento económico, social e cultural que inscreveu no orçamento vão começar a ser realizadas. Isto são elementos que nos dão a garantia de que o seu Governo está mais preocupado em olhar para o futuro do que se agarrar ao passado. O passado, naturalmente, é um factor no qual nos devemos recorrer, para tirar experiências, tirar lições, mas o desafio maior mesmo, se quisermos fazer uma parte das coisas, é fazer o melhor do que foi feito. Eu acho que é este o desafio que o senhor tem estado assumir, melhorar o que está bem feito e corrigir o que não está bem feito. São essas suas linhas de conduta e eu penso que o senhor esta num bom caminho.

Por tudo isso, não vamos ser mais extensos, repetir que depositamos a inteira confiança no seu Governo e que nós vamos, maciçamente aqui no nosso Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, consagrar os nossos 23 votos a favor desta moção de confiança.

Muito obrigado, Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar do ADI.

Não vai usar a palavra?

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Não.

O Sr. **Presidente**: — Portanto, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos a chegar ao fim de mais um exercício. É uma prorrogação constitucional, é um dispositivo regimental, este pedido de moção de confiança.

Eu ouvi aqui a palavra desconfiança. De facto, há muita desconfiança neste país.

Nós temos que ter mais confiança uns nos outros, temos que ter mais confiança no nosso povo, na sua capacidade de empreender, de resolver os seus problemas, porque Deus colocou tudo aqui neste país. Se alguma coisa está a falhar, é por culpa de cada um de nós, é por culpa dos homens, dos filhos deste país. De certeza, quando conseguirmos resgatar a auto confiança e nos unirmos, vamos conseguir resolver, sim, os nossos problemas. Mas acima de tudo, temos que ter confiança no futuro, estarmos imbuídos de boa-fé. E eu estou nisto, já o repeti várias vezes, num espírito de missão. Eu herdei um País, em 2018, e continuo a ser o mesmo. Estamos todos na mesma ilha, e todos sabem em que situação, em que contexto, nós herdámos este país.

Não vou repetir alguns ganhos, e sem pretensão. Ganhos sim senhor. Pagar os salários que nós conseguimos pagar, até este momento, sem recurso à banca.

*Murmúrios do ADI.*

Como eu dizia, há alguns ganhos. Portanto, os salários. Neste momento, o Governo, num esforço titânico, porque temos que fazer sempre o uso da diplomacia económica, conseguiu arrecadar acima de 15 milhões de dólares...

**Uma voz:** — Mau dele.

**O Sr. Primeiro-Ministro:** — ...em pouco tempo, e vamos continuar. Eu sei que o trabalho que há pela frente é muito maior do que este. Estamos a falar dum orçamento de 150 milhões de dólares. Sou humilde e reconheço precisamente isto, mas penso que este é o caminho. Para tanto, nós precisamos de estabilidade. Há muita gente que torce pela instabilidade, não estou a falar aqui dos Deputados, mas há muita gente que, possivelmente, gostaria que este Governo fracassasse e que nós entrássemos no eterno recomeço.

Muitas vezes nos comparamos a Cabo Verde. Cabo Verde tem tido governos de grande longevidade, círculo de 10 anos, o Movimento para Democracia (MpD) teve; 15 anos, ultimamente, o Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV) esteve no poder. Oxalá que assim continuem, porque de facto precisamos de tempo para plantar, de tempo para regar e depois tempo para desfrutar. Em 6 meses, não é possível!

O Orçamento Geral do Estado foi publicado no dia 17 de Abril, há relativamente 2 meses. Há uma necessidade de continuidade das acções do Estado. Os governos passam, o povo fica, o Estado fica, e cada um de nós tem que trazer a sua cota parte, a sua pedra, na construção do São Tomé e Príncipe, que vamos deixar para as gerações vindouras. E eu estou a trazer também, estou a colocar a minha pedra. O Estado são-tomense vem desde 75, para não remontar, portanto, à época colonial. O Estado são-tomense, que esta ao caminho de 44 anos, quando nós vemos o desfile dos primeiros-ministros, possivelmente, está a qualquer coisa como cerca de 2 dezenas, por aí. Eu estou a dar a minha contribuição, por isso a continuidade do Estado é fundamental.

O Ministro do Plano e Finanças, ainda esta semana, anunciou as obras de continuidade, que são todas as obras que vinham do anterior governo. Estamos a injectar acima de 5 milhos de dólares, para de facto acabar essas estradas e outros empreendimentos, que fazem falta à nossa população. Era difícil fazê-lo antes, nem o Orçamento Geral Estado eu tinha aprovado. Mas numa segunda fase há obras novas que vamos ter que lançar, e isto será feito muito brevemente.

Evocou-se aqui todas as questões de saúde, educação, protecção social, entre outros, portanto nós estamos atentos. Há um Programa do Governo para 4 anos, nós temos o Orçamento Geral do Estado, que é anual, as Sras. e os Srs. Deputados terão ocasião para, em cada novo orçamento, avaliarem o desempenho do Governo. Será muito breve, em Outubro ou Novembro, possivelmente. Mas eu acho que, neste momento, o mais importante é alguma paz para trabalhar, é alguma estabilidade, porque de facto é extremamente complicado estar-se a governar com intoxicações, todos os dias, tanto nas redes sociais, como em todo lado. Não é possível governar São Tomé e Príncipe desta maneira. Por isso, eu vim aqui pedir confiança, essa moção de confiança, sim senhora, para dissipar esta atmosfera política, para desanuviar, para dizer claramente a uns e outros que nós queremos continuar a contribuir também para que São Tomé e Príncipe saia do buraco. Ainda há uns anos atrás dizia-se: «quem ganhou, quem esta no poder, que governe, para se ter matéria para avaliar». Por isso mesmo, nós estamos aqui a pedir esta moção de confiança.

Em relação a minha relação com o Presidente da República, que foi aqui bastante replicada, penso que muita gente gostaria que o nosso relacionamento fosse péssimo, naturalmente, porque era melhor, para o governo rapidamente cair. Mas há muita coisa que já foi explicada. Estamos a falar duma relação de dois órgãos de soberania. Normalmente, em despacho, estão duas pessoas em diálogo. Por isso eu fico admirado como é que tanta gente tem informação, se normalmente eu despacho a dois, fico muito admirado como é que tanta gente acha que o relacionamento entre mim e o Presidente da República não é bom. Há muita coisa que foi já esclarecida entre nós, quero vos assegurar.

Não vou alongar muito, mas vos dizer que, desde do princípio desta legislatura, eu dizia que também precisava de tempo para avaliar. É claro que eu vou avaliar os membros do Governo, vou avaliar o desempenho de uns e outros. Eu vou avaliar, os desempenhos também dos directores. Há muita gente que entrou de facto, houve essa alteração, e vamos ver de facto com quem podemos continuar a governar.

Portanto, esta moção de confiança também é para parar, fazer o balanço dos 6 meses, pedir confiança neste Governo e, nessa altura, eu também me virarei para dentro de casa, dentro da governação e ver também a avaliação que poderei fazer e como continuar, em que condições, e com quem continuar. Porque temos todos que tirar este país do fosso em que se encontra. Eu gostava aqui de pedir às Sras. e aos Srs. Deputados, tanto da grande coligação que sustenta o Governo, como da oposição, porque como foi aqui dito, de facto, eu agradeço e revejo-me em muito no que disse o Deputado Levy, agradeço as contribuições de todos. Como eu disse, portanto, não estou a pedir que me deixem governar, que me abandonem ou que me deixem. Eu quero que me ajudem, que contribuam. Eu sou democrata, lido muito bem com o contraditório. Portanto, estou a contar com todos, para que todos nós possamos ajudar São Tomé e Príncipe.

Muito obrigado.

*Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.*

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Primeiro-Ministro.  
Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Em relação ao bloco dois, que é o bloco que faz fronteira com a Guiné Equatorial, Sras. e Srs. Deputados, neste momento, não existe nada assinado. Nenhum Ministro tem a prorrogativa para assinar o que quer que seja, de forma unilateral.

Portanto, outras informações podem obter através da Agência Nacional de Petróleo. São informações que já existem, porque este bloco já existe há algum tempo.

Portanto, é isso que eu gostava de assegurar.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Primeiro-Ministro.

Encerramos o debate, passemos de imediato à votação da moção de confiança, que tem como preâmbulo o texto introdutório, que foi distribuído às Sras. e Srs. Deputados. Não vamos voltar a ler, vamos ler a parte final do preâmbulo e os artigos subsequentes.

Peço ao Sr. Secretário que faça leitura.

O Sr. Secretário (Eláckio da Marta): — Obrigado, Sr. Presidente.

«A Assembleia Nacional vota, nos termos das alíneas b) e s) do artigo 97.º da Constituição, a seguinte Moção de Confiança:

Artigo 1.º Aprovação.

É aprovada a Moção de Confiança, apresentada pelo XVII Governo Constitucional, chefiado pelo Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, Sr. Jorge Lopes Bom Jesus.

Artigo 2.º Entrada em vigor.

A presente Moção de Confiança entra imediatamente em vigor.

Assembleia Nacional, em São Tomé, aos 25 de Junho de 2019.

O Presidente da Assembleia Nacional, Delfim Santiago das Neves.»

O Sr. Presidente: — Muito obrigado.

Feita apresentação, passemos de imediato à votação, na generalidade.

Submetida à votação, foi aprovada, com 28 votos a favor, sendo 23 do MLSTP/PSD, 5 do PCD/MDFM-UDD, 20 votos contra do ADI, 1 voto contra do MCI, e 1 abstenção, do Vice-Presidente, Levy Nazaré.

Portanto está aprovada, na generalidade.

*Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.*

Passemos de imediato à votação na especialidade.

Artigo 1.º

Submetida à votação, foi aprovada, com 28 votos a favor, sendo 23 do MLSTP/PSD, 5 do PCD/MDFM-UDD, 20 votos contra do ADI, 1 voto contra do MCI, e 1 abstenção, do Vice-Presidente, Levy Nazaré.

*Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.*

O Sr. Presidente: — Passemos para o artigo 2.º

Submetida à votação, foi aprovada, com 28 votos a favor, sendo 23 do MLSTP/PSD, 5 do PCD/MDFM-UDD, 20 votos contra do ADI, 1 voto contra do MCI, e 1 abstenção, do Vice-Presidente, Levy Nazaré.

Passemos à votação final global do Moção de Confiança.

Submetida à votação, foi aprovada, com 28 votos a favor, sendo 23 do MLSTP/PSD, 5 do PCD/MDFM-UDD, 21 votos contra, sendo 20 do ADI e 1 MCI, e 1 abstenção, do Vice-Presidente, Levy Nazaré.

Portanto, está aprovada a Moção de Confiança.

*Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.*

O Sr. Presidente: — Concluímos os nossos trabalhos para hoje, quero agradecer o Sr. Primeiro-Ministro, todos membros do Governo e Sras. e Srs. Deputados, pelos serviços aqui prestados.

Dou por encerrada a sessão.

*Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.*

*Eram 14 horas e 25 minutos.*